

## ASSIGNATURAS

Por um anno.....	10\$000
Por seis mezes.....	5\$600
Por tres mezes.....	3\$000
Avulso por folha.....	\$040
Anuncios, por linha.....	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do Diario de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

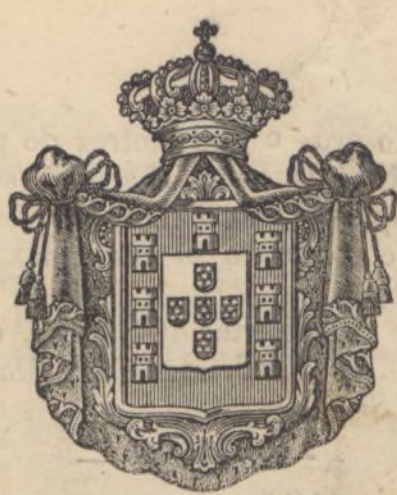
Por um anno.....	12\$000
Por seis mezes.....	6\$600
Por tres mezes.....	3\$000

Communicados e correspondencias, por linha..... \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do Diario de Lisboa, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ



As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Semestre.....	6\$600 réis
Trimestre.....	3\$600 »

Semestre.....	5\$600 réis
Trimestre.....	3\$000 »

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL  
3.ª Repartição—3.ª Secção

Estabelecimentos insalubres, incommodos ou perigosos, cuja laboração foi prohibida nos termos do decreto de 27 de agosto de 1855, por se acharem dentro das povoações proximas a habitações particulares, e não terem as condições hygienicas exigidas pelas leis.

Antonio Maria Eduardo Fuschini, forno de cozer cal na rua da Calheta, da cidade de Ponta Delgada.

Joaquim José Pereira, matadouro de gado, no sitio de Santa Maria de Loures, concelho dos Olivares, districto de Lisboa.

Santa casa da misericórdia da cidade de Ponta Delgada, forno de cozer cal, na cerca do edificio da mesma santa casa.

Relação dos proprietarios ou administradores de estabelecimentos insalubres, incommodos ou perigosos, que, nos termos do decreto de 27 de agosto de 1855, se acham regularmente habilitados com alvará de licença policial, expedidos pela secretaria d'estado dos negocios do reino, desde 30 de abril inclusive (Diario de Lisboa n.º 140), até 31 de maio proximo passado.

Antonio José Gonçalves Bastos, officina de distillação de aguardente na quinta do Coval, do lugar de Folhadella, districto de Villa Real.

Antonio Manuel de Oliveira, officina de distillação de aguardente, no sitio do Lombo, em Villariño de Agrocão, concelho de Macedo de Cavaleiros, districto de Bragança.

Antonio Nunes da Motta, officina de distillação de aguardente, no sitio do Adro, da villa do Fundão, districto de Castello Branco.

Antonio de Sant'Anna, officina de salga de pelles de gado cabrum na rua das Tres, n.º 25 e 25-A, da cidade d'Elvas, districto de Portalegre.

Bernardo Teixeira dos Reis, officina de distillação de aguardente no sitio do Valle de Pallado, do lugar de Santa Eugenia, districto de Villa Real.

Conde de Pombeiro, forno de cozer cal na quinta grande de Bellas, concelho de Cintra.

Conde de Redondo, forno de cozer cal na serra da Carragueira, concelho de Cintra.

Hygino Joaquim da Costa, forno de cozer cal no sitio do Campo, concelho de Cintra.

João Blandy e Filhos, depositos de carvão de pedra na rua dos Balões da cidade do Funchal.

João Fernandes da Silva e José Lopes Chaves, officina de distillação de aguardente no sitio de S. Pedro, concelho de Carraceda de Ancoães, districto de Bragança.

João Rodrigues, officina de distillação de aguardente no sitio das Solheiras, do lugar do Valle de Janeiro, concelho de Vinhas, districto de Bragança.

José Patricio, officina de distillação de aguardente no lugar de Codessas, concelho de Carraceda de Ancoães, districto de Bragança.

Julio José Gomes, officina de distillação de aguardente no lugar de Caria, concelho de Belmonte, districto de Castello Branco.

Leonardo Teixeira Pinheiro e Adriano da Veiga, officina de distillação de aguardente no sitio da Barreira, do lugar de Franzilhal, concelho de Aljô, districto de Villa Real.

Morrough Walsh e Companhia, officina de distillação de aguardente no sitio de Valladares, n.º 727 e 728, concelho dos Olivares.

Marquez de Castello Melhor, moinhos de moer cereaes, quatro situados no lugar de Arrifez, e dois dentro da cidade do Funchal.

Mathias Duarte, forno de cozer cal no sitio do Chão de Meninos, concelho de Cintra.

Pedro Guedes Correia de Sequeira Pinto, officina de distillação de aguardente no lugar de Paredes d'Arca, concelho de Santa Martha de Penaguião, districto de Villa Real.

Thomaz Maria Bessone, forno de cozer cal no casal de Assamaça, concelho de Oeiras, districto de Lisboa.

Viscondessa de Gouveia, D. Anna Emilia de Oliveira Maia Pimentel, officina de distillação de aguardente na quinta do Loureiro, em Peso da Regua, districto de Villa Real.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 3 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em

moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e accitando pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

## Lista 1756

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 14 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

DISTRITO DE SANTAREM

CONCELHO DE SANTAREM

Commenda de Santa Maria do Pinheiro Grande

27500 Fôro de 900 réis, imposto em um praso que consta de terra que foi vinha, sita no campo do Rocio de Alvisquer. Emphyteuta José Maria Soares, da Ribeira—18\$000.

Fóros que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

27501 Fôro de 1\$200 réis, e tres quartas de uma gallinha, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco Gouveia da Silva—23\$000.

27502 Fôro de sete alqueires e meio de milho, e cinco gallinhas e um quarto, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Eusebia Maria—49\$833.

27503 Fôro de cinco alqueires e uma quarta de milho, e tres quartas de uma gallinha, imposto em uma vinha de sete astins, situada nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta Antonio Gouveia da Silva—27\$083.

27504 Fôro de quatro alqueires e meio de milho, e tres quartas de um frangão, imposto em uma vinha de tres astins, sita nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta Luiz Marques—22\$416.

27505 Fôro de quatro alqueires e uma oitava de milho, imposto em uma vinha de cinco astins, sita nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta José Proffrio Rodrigues Monteiro—19\$708.

27506 Fôro de dois alqueires e um dezeses avos de milho, e tres quartas de um frangão, imposto em uma vinha de tres astins, sita nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta João Marques—10\$770.

27507 Fôro de alqueire e meio de milho, e tres quartas de um frangão, imposto em uma vinha de quatro astins, sita nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta Rosa Maria do Carmo—8\$083.

27508 Fôro de alqueire e meio de milho, imposto em uma terra, sita nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta Bento Marques—7\$166.

27509 Fôro de um alqueire e uma oitava de milho, imposto em uma vinha de dois astins, sita nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta a viuva de Antonio Mathias—5\$375.

27510 Fôro de tres quartas de um alqueire de milho, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Vital de Abreu—3\$583.

27511 Fôro de tres quartas de um alqueire de milho, imposto em umas casas no sitio das Vinhas do Pinheiro. Emphyteuta Ignez Maria—3\$583.

CONCELHO DE SANTAREM

27512 Fôro de 1\$800 réis, imposto em uma terra no sitio de Alvisquer de Dentre, que confronta com terra do padre Francisco Nunes da Silva. Emphyteuta Alexandre Dias Vigario—31\$500.

27513 Fôro de 1\$200 réis, imposto em uma vinha, sita em Alvisquer de Dentre, e confronta com vinha de José da Silva Ferreira Isaac, e com vinha de José da Silva Cordeiro. Emphyteuta a viuva de Miguel Fernandes Capataz—21\$000.

Somma R. .... 251\$104

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 1 de junho de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

## Lista 1757

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 16 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DE SANTAREM

CONCELHO DA CHAMUSCA

Commenda de Santa Maria do Pinheiro Grande

27514 Fôro de 900 réis, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Antonio Gouveia da Silva—15\$750.

27515 Fôro de 600 réis, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Rosa Rita dos Prazeres—10\$500.

27516 Fôro de 600 réis, e tres gallinhas, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta José Alves—18\$500.

27517 Fôro de trinta e sete alqueires de milho, e quinze frangãos, imposto em um praso que se compõe das propriedades seguintes: Igreja Velha, Barreiro, Agua da Prata e Cambeiro, sitas nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta José Felix Pereira—19\$500.

27518 Fôro de quatro alqueires e muio de milho, e quatro frangãos e meio, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta João Marques—27\$000.

27519 Fôro de quatro alqueires e meio de milho, e dois frangãos e um quarto, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Manuel Vicente de Jesus—24\$250.

27520 Fôro de tres alqueires e tres quartas de milho, e tres frangãos e tres quartas, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Manuel Vicente Vaccas—22\$500.

27521 Fôro de 300 réis, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Maria Ignaia—5\$250.

27522 Fôro de 300 réis, e tres quartas de um frangão, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Helena, filha de Mathias da Costa—6\$166.

27523 Fôro de 300 réis, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Theodora, filha de Patricio Dias—5\$250.

27524 Fôro de 300 réis, e tres quartas de um frangão, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta João Marques—6\$166.

27525 Fôro de dois alqueires e onze trinta e dois avos de trigo, imposto em um balão, sito nos limites do lugar do Pinheiro. Emphyteuta Vicente José Monteiro—17\$708.

27526 Fôro de dois alqueires e uma quarta de milho, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Pedro Duarte—10\$750.

27527 Fôro de dois alqueires e uma quarta de milho, imposto em umas casas, sitas no lugar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco Gallego—10\$750.

CONCELHO DE SANTAREM

Inventario n.º 345

27528 Fôro de 975 réis, com vencimento pelo S. Miguel e Natal, imposto em um canto de terra, aonde chamam a Bairrada, freguezia de Valle de Figueira. Emphyteutas Francisco Roberto, e sua mulher Maria Rita—17\$062.

CONCELHO DE ABRANTES

Inventario n.º 105

27529 Fôro de tres quartas de um alqueire de trigo, tres quartas de uma gallinha, e dezoito arateis e tres quartas de marra, com vencimento pelo Natal, imposto em metade do casal da Eira Velha, em Martinchel. Emphyteuta Antonio Jacinto de Castro—27\$666.

27530 Fôro de tres quartas de um alqueire de trigo, tres quartas de uma gallinha, e dezoito arateis e tres quartas de marra, com vencimento pelo Natal, imposto em metade do casal da Cabeça Aguda, em Martinchel. Emphyteuta João Loureiro—27\$666.

Somma R. .... 450\$435

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 1 de junho de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

Relação n.º 27, com referencia ao districto do Funchal, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

Relação n.º 27, com referencia ao districto d da contabilidade do ministerio da I em conformidade das res						
NUMERO DO TITULO			REFERENCIA AO			
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO		DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO		
11:902	-	Pensões	38	Luciana Mathil		

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 11 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS

DE 11 DE JUNHO DE 1860

2.ª Direcção—1.ª Repartição

Manuel Ayres Ferreira—confirmado nos empregos de secretario da camara municipal da ilha Brava, e de escriptão da administração do mesmo concelho.

José Pereira Pinto de Sousa—confirmado no emprego de escriptão do juizo ordinario do julgado de Santa Catharina, na ilha de Santiago de Cabo Verde.

2.ª Repartição

Eugenio Ribeiro de Almeida—demitido do posto de alferes da provincia de Angola, pelo haver requerido.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Precisando o ministerio dos negocios da guerra de dois capitães e dois tenentes, para expedicionarem para Angola, são avisados os tenentes e alferes de infantaria e caçadores do exercito, que se acham á disposição do ministerio das obras publicas, commercio e industria, para que declarem directa e immediatamente ao ministerio da guerra se querem ir na mencionada expedição; na intelligencia de que os que não se offerecerem, não terão direito a queixarem-se de preterição dos que forem contemplados, sendo mais modernos.

Os officios que expedicionarem serão promovidos ao posto immediato, sem clausula alguma, sendo obrigados a servir no ultramar o tempo marcado no decreto de 10 de setembro de 1846, para lhes ser confirmado o posto; e terão direito ao dobro dos respectivos vencimentos, tão somente durante a viagem, e em quanto durar qualquier campanha, na conformidade da lei de 11 de maio do corrente anno.

As declarações deverão ser apresentadas no ministerio dos negocios da guerra até ao dia 12 de julho proximo futuro, depois do qual não serão recebidos offerecimentos alguns.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, 22 de junho de 1860.—Ernesto de Faria.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

IRLANDA—COSTA ORIENTAL

ALTERAÇÃO DOS PHAROS DO BANCO DE BLACKWATER

Por aviso da corporação do porto de Dublin, consta que desde 1 de julho de 1860 inclusive em diante cessarão de accender-se as duas luzes (uma fixa, outra de rotação), ao presente collocadas em um na-

## Lista 1758

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 16 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DE VIANNA DO CASTELLO

CONCELHO DE MONÇÃO

Universidade de Coimbra

27531 Fôro de doze alqueires de pão meiado, e tres quartas de uma gallinha, imposto em um terço do casal chamado das Nogueiras, sito na freguezia de Sago. Emphyteuta Pedro Gonçalves, do lugar do Pinheiro (tem consortes)—103\$529.

27532 Fôro de tres quartas de um frangão, imposto em uma herdade, chamada da Corredoiira, sita na freguezia de Cambezes. Emphyteuta Manuel Rodrigues dos Milagres—750.

27533 Fôro de 127 1/2 réis, e gallinha e meia, imposto no casal chamado da Vereia, sito na freguezia de Moreira. Emphyteuta Domingos Lourenço da Cidade—6\$231.

27534 Fôro de 63 1/2 réis, e quatro alqueires e meio de milho, imposto em um casal, chamado do Quinteiro, Feijoaes de Cima e de Baixo, no lugar de Chim, freguezia de S. João da Portella. Emphyteuta Manuel Afonso, de Rio Bom (tem consortes)—29\$240.

27535 Fôro de 150 réis, e tres quartas de uma gallinha, imposto em umas casas, sitas na rua da Corredoiira ou Direita, da villa de Monção. Emphyteuta Antonio de Sousa Socio—4\$625.

27536 Fôro de 30 réis, e frangão e meio, imposto no casal chamado da Salgosa. Emphyteuta Francisco Afonso (tem consortes)—2\$025.

27537 Fôro de tres quartas de um alqueire de pão meiado, imposto no casal chamado do Freixo ou herdado do Bispo, sito na freguezia de Moreira. Emphyteuta Domingos Rodrigues, do lugar de Campos (tem consortes)—7\$095.

27538 Fôro de nove dezeses avos de um alqueire de pão meiado, imposto na herdade chamada do Freixo, junta á Veiga de Canabellas, da sobredita freguezia, e que foi separada do praso denominado dos Aguilhões. Emphyteuta Luiz de Castro, do lugar de Côrtes—4\$759.

27539 Fôro de tres quartas de um alqueire de pão meiado, e 675 réis em dinheiro, imposto em umas vinhas, chamadas da Pedra ou Troviscoso, sitas na freguezia de Troviscoso. Emphyteuta João Alvaros, da Sobreira (tem consortes)—18\$157.

Relação n.º 27, com referencia ao districto do Funchal, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

Funchal, do titulo de renda vitalicia que se rememora fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, e effectivas instrucções, por isso que tem de ser pagas			
ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO			
NOME DA AGRACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	EM	V
de Freitas . . . . .	Pens. <sup>da</sup> de consideração	1	

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 11 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS

DE 11 DE JUNHO DE 1860

2.ª Direcção—1.ª Repartição

Manuel Ayres Ferreira—confirmado nos empregos de secretario da camara municipal da ilha Brava, e de escriptão da administração do

Recurso n.º 511 — recorrente, Manuel Roque, por seu filho Joaquim, da freguesia e concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 514 — recorrente, Manuel Lopes de Brito, por seu filho Albano, da freguesia e concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 515 — recorrente, Manuel Ferreira, por seu filho José, da freguesia e concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 519 — recorrente, Manuel Gaviso, por seu filho Joaquim, da freguesia da Gesteira, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 520 — recorrente, Manuel Madeira, viúvo, por seu filho António, da freguesia e concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 522 — recorrente, João Coelho Agante, por seu filho João, da freguesia da Villa Nova de Anjos, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 523 — recorrente, João Cordeiro, por seu filho Diogo, da freguesia da Vinha da Rainha, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 524 — recorrente, João das Neves Morim, por seu filho José, da freguesia e concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 528 — recorrente, Mathias Ferreira Lopes, por seu filho Francisco, da freguesia e concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 530 — recorrente, Manuel Ferreira, por seu filho Manuel, da freguesia de Degraças, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 532 — recorrente, Antonio Pereira Pastor, por seu filho José, da freguesia de Alfaias, concelho de Soure, distrito de Coimbra.

Recurso n.º 534 — recorrente, Thimoteo Nunes da Rosa, por seu filho José, da freguesia de Fermentelos, concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro.

Recurso n.º 535 — recorrente, Joanna Martins, por seu filho Albino, da freguesia de Oya, concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro.

Recurso n.º 539 — recorrente, Manuel, filho de João Ferreira dos Reis, da freguesia e concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro.

Recurso n.º 544 — recorrentes, Maria Ricardina, e seu marido Manuel Teixeira, por seu filho Aveirino Teixeira, da freguesia de Alvarenga, concelho de Aronca, distrito de Aveiro.

O ministro e secretário d'estado dos negócios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 21 de maio de 1860. — *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme. — *Antonio de Polvereiro.*

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que confere com o chefe da respectiva repartição, Secretaria do concelho d'estado, em 1 de junho de 1860. — *José Gabriel Holthe, secretário geral.*

Conferida. — O chefe da repartição do contencioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

REPUBLICAÇÃO

No *Diário de Lisboa* n.º 139, de 21 de junho de 1860, pag. 661, col. 5.ª, no decreto sobre recrutamento, na parte relativa ao recurso n.º 8, onde diz: — Joaquim Galvão, filho de Domingos Galvão — deve ler-se — Joaquim Galvão, filho de Domingos Galvão — na pag. 662, col. 1.ª, na parte relativa ao recurso n.º 485, onde diz: — da Exarcha do Bispo — deve ler-se — da Exarcha do Bispo.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Oliveira de Azeiteis, no anno economico de 1858 a 1859, se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento de fl. 16 d'este processo, mostrando que a receita da camara municipal do concelho de Oliveira de Azeiteis, no anno economico de 1858 a 1859, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; e visto o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto ultimo, e o mais que consta d'este processo; não compete ao tribunal o julgamento da conta da dita camara no referido anno economico.

Lisboa, 18 de maio de 1860. — *Margioli, relator — Albergaria — Larcher — Dr. Nogueira Soares.* — Foi presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — *Secretaria do tribunal de contas, 29 de maio de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Paulo Aprijo Pereira Mendes, servindo de sub-director da alfandega de Castello Branco desde o 1.º de junho de 1846, se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o estado da conta a fl. 2 do responsavel Paulo Aprijo Pereira Mendes, em qualidade de servido de sub-director da alfandega de Castello Branco desde o 1.º de junho até 30 de julho de 1846; visto o relatório da direcção fl. e a resposta fiscal fl. ; julgam o debito igual ao credito, e livre e quite o mesmo responsavel para com a fazenda publica.

Lisboa, 18 de maio de 1860. — *Dr. Nogueira Soares — Larcher — Margioli — Lara — Albergaria.* — Foi presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — *Secretaria do tribunal de contas, 29 de maio de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Francisco Antonio de Almeida, como recebedor interno do concelho de Alcaer do Sal desde 9 de abril até 30 de junho de 1856, se proferiu o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o processo da responsabilidade interno do concelho de Alcaer do Sal desde 9 de abril até 30 de junho de 1856; visto o estado do ajustamento da conta fl. 2 e fl. 22, devidamente comprovada; mostra-se que o debito d'este responsavel é de 304\$521 réis, e que o credito é de uma igual quantia. Pelo que, tendo-se observado as formalidades legais, julgam a referida conta bem e devidamente ajustada, o ex-recebedor Francisco Antonio de Almeida quite para com a fazenda publica pela sua responsabilidade como recebedor interno do concelho de Alcaer do Sal desde 9 de abril de 1856 até 30 de junho do mesmo anno, e desembarçada a sua respectiva fiança ou deposito.

Tribunal de contas, 22 de maio de 1860. — *Sampaio, relator — Lobo — Paiva Pereira — Correia Caldeira.* — Foi presente, Blanc.

Está conforme. — *Secretaria do tribunal de contas, 31 de maio de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.*

CÂMARA MUNICIPAL DE BELEM

Tendo sido convidados pela camara a uma reunião, que teve lugar no dia 25 de maio ultimo, todos os individuos que n'este concelho negociam em generos sujeitos ás contribuições municipais; e tendo elles manifestado ahi o desejo de que a mesma camara não repetisse para o proximo futuro anno economico a arrematação das mesmas contribuições, offerecendo-se a garantirem ao cofre do municipio o mesmo rendimento obtido na ultima praça; convenceu a camara em assim o fazer, pois eram esses os

seus desejos, e o fim com que convocou a dita reunião.

Intimados, porém, depois os mesmos individuos para virem por termo ratificar o que haviam prometido, apenas compareceram cento setenta e cinco, quando o numero dos que negociam n'este concelho em carnes secas e liquidos é de duzentos oitenta e tres; e dos que compareceram apenas cento trinta e tres ratificaram o que haviam prometido.

Em presença d'este comportamento, e da responsabilidade que a camara teria, confiando ás eventualidades, que podem sobrevir, o rendimento do cofre municipal, sobre tudo, depois da maneira por que n'este negocio ella procedeu, e com a qual contrasta o resultado pratico dos seus esforços, cujo fim unico era beneficiar os vendedores, pondo-os a coberto das exigencias da arrematação: deliberou a camara em sessão de hoje, que no dia 28 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, seião perante ella postos em hasta publica os rendimentos das seguintes contribuições municipais:

16 réis em arratel de carne verde de gado suino e secos fumados, ou de qualquer modo preparada.

20 réis em canada de vinho.

20 réis em canada de azeite.

20 réis em canada de aguardente, cerveja, genebra, licor e qualquer bebida espirituosa.

A arrematação respectiva ao anno de 1860 a 1861. As condições estarão patentes na secretaria municipal.

Paço do concelho de Belem, em 22 de junho de 1860. — O vice-presidente, servindo de presidente da camara, *Francisco Evangelista Pacheco.*

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A comissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 25 do corrente mez, pelas onze horas, na sala das sessões, no referido estabelecimento, ha de comprar em praça publica 1:890 metros de pan-

to de algodão cru, e 700 metros de panno de estopa, devendo as mesmas fazendas ser escolhidas de entre as que os concorrentes apresentarem a qualque acto, e conforme as amostras, que tambem serão presentes.

Contadoria do hospital de S. José, em 22 de junho de 1860. — O official maior, *Manuel Cesario de Araujo e Silva.*

CASA DA MOEDA

Na administração geral da casa da moeda e papel sellado se ha de proceder no dia 27 do corrente mez de junho, pela uma hora da tarde, ao leilão de cento e cinquenta arrobas de aparas de papel, existentes nos armazens da mesma administração.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 26 do corrente, para Pernambuco, o patacho *Jarvo*; a 1 de julho, para o Rio de Janeiro, a barca *Helenia*; e a 15, para a Maranhão, a barca *Feliz União*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terceiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, em 22 de junho de 1860. — O administrador, *Luiz José Botelho Saabara.*

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Barão de Porto de Moz — Francisco Moreira de Sá — João Augusto Ribeiro Chaves, João da Matta Rebello, João Honorato Barreto, Joaquim Afonso, Joaquim Maria Martins, João Justino — Manuel Bento Rodrigues, Maria José Lapa.

Administração central do correio de Lisboa, em 22 de junho de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE BEJA

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Beja, no mez de maio de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS

PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE BEJA

De posta interna..... 2:440 1:893 72 48 1:145 4

De reino e ilhas..... 16 16 6 6

De Hespanha..... 1 1 1 1

De alem dos Pyreneos..... 1 1 1 1

Das provincias ultramarinas..... 1 1 1 1

De portos estrangeiros, por navios..... 1 1 1 1

De Inglaterra, pelos paquetes..... 1 1 1 1

Do Mediterraneo, pelos paquetes..... 1 1 1 1

Do Brasil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... 1 1 1 1

Do Mediterraneo e Indias, pelos paquetes..... 1 1 1 1

PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTIMAR E PAIZES ESTRANGEIROS

Para terras do reino e ilhas..... 13:979 8:197 738 57 1:502 15

Para Hespanha..... 156 152 53 53

Para alem dos Pyreneos..... 72 53 53 53

Para as provincias ultramarinas..... 11 11 11 11

Para o Brasil, por navios..... 3 3 3 3

Para os portos do Brasil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... 35 11 11 11

Para Inglaterra, pelos paquetes..... 1 1 1 1

Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes..... 1 1 1 1

No mez de maio de 1859 o movimento da correspondencia foi de

15:617 6:472 787 394 2:594 21

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Beja, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Beja, em 13 de junho de 1860. — O administrador, *Carlos José da Matta Veiga.*

PORTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CÂMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA Sessão DE 19 DE JUNHO

PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LARCHEM

VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello

(D. Pedro Brito do Rio.

As tres horas da tarde, verificada a presenca de numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Lida a acta da precedente, como não houvesse reclamação em contrario, julgou-se approvada na conformidade do regimento.

Não houve correspondencia.

O sr. secretario *Conde de Mello*: — o sr. marquez de Fronteira encarregou-me de declarar a camara que não pôde vir a sessão por incommodo de saúde da sr.ª marquezia.

Por parte do sr. marquez de Ribeira tambem estava encarregado de participar a camara que s. ex.ª não pôde comparecer a sessão de hoje, e talvez a mais algumas, por incommodo de saúde.

O sr. *Conde de Linhares*: — lembrou aos dignos pares que fazem parte da comissão de marinha a conveniencia de se apresentar com brevidade o parecer sobre o projecto de lei offerecido pelo sr. conde de Bonfim, relativamente á armada. Como esta sessão legislativa já vai tão adiantada, lembrava esta tão importante assumpto á respectiva comissão.

O sr. *D. Antonio de Mello*: — informou a camara de que o sr. conde de Bonfim já havia convocado os membros da comissão para se occuparem d'este objecto, e se combinaria uma reunião que terá lugar n'um dos proximos dias.

O sr. *Conde de Linhares*: — deu-se por satisfeito.

O sr. *Thomaz de Aguiar*: — mandou para a mesa um parecer da comissão de fazenda.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PARERE N.º 20

SOBRE O PROJECTO DE LEI N.º 25,

PUBLICADO NO DIÁRIO DE LISBOA N.º 139 DE 21 DO CORRENTE MEZ

O sr. *Visconde de Fontes Arca*: — sr. presidente, na sessão passada tratei de algumas disposições d'este projecto; agora porém, posto que a discussão seja na generalidade, terei de me referir a mais alguns artigos, sobre os quaes quando se tratar da especialidade apresentarei algumas emendas ou substituições.

Primeiro que tudo tenho a dizer alguma coisa sobre o parecer da illustre comissão que logo no segundo paragraho diz o seguinte:

«Se este projecto se limitasse a reunir os impostos de transmissão e das sizas já creados por lei, e a dar-lhes uma denominação commum, a comissão de fazenda não hesitaria em propor-vos a sua approvação; porque ambos estes impostos recem sobre a transmissão da propriedade, com a só differença de que um, o da transmissão, deve-se, quando esta se verifica por titulo gratuito; o outro, o das sizas, quando se verifica por titulo oneroso: mas como estes dois impostos são mui sensivelmente augmentados convem examinar primeiro que tudo em que consiste este augmento.»

Quer dizer que a comissão hesitou em approvar este projecto de lei, hesitação em que lhe achou toda a razão, mas depois de o examinar e reconhecendo os graves inconvenientes do augmento dos

impostos, acaba votando por elle, só pelo principio de que são precisos tributos, como se por essa razão todos se possam approvar.

No penultimo paragraho diz mais a comissão, que o principal fim d'este projecto é augmentar os impostos da transmissão e das sizas, e é a este fim que tendem todas as outras provisões que elle contém, que a comissão examinou detalhadamente, e em que não propõe alteração, porque parte das duvidas que suscitou sobre umas foram esclarecidas pelo governo durante a discussão com elle teve, e a respeito da outra parte d'ellas declarou o governo que seriam attendidas nos regulamentos a que se refere o artigo 15.º do projecto, etc.»

Isto equivale a dizer que o que a levou a approvar o projecto foi unicamente ter elle em vista augmentar os impostos. Mas, sr. presidente, a comissão devia lembrar-se de que não se trata sómente de augmentar os impostos; devia ver que ha impostos extremamente vexatorios, que em vez de augmentar o rendimento publico o diminuem, porque se hão de dar circumstancias em que a propriedade não possa satisfazer ás exigencias que se lhe façam. Não basta crear impostos; é preciso que não sejam nocivos ao desenvolvimento da riqueza publica, pois que os rendimentos do estado não provem de outra origem; porém uma vez que a prosperidade publica se não possa desenvolver, os impostos não produzirão o que se pretende, e o governo, posto que nominalmente tenha maior rendimento, não o poderá realizar.

A comissão diz tambem que examinou detalhadamente o projecto, e que não lhe propõe alterações, porque as duvidas que suscitou foram esclarecidas pelo governo.

Ora, sr. presidente, eu parece-me que era essencialmente necessario que a comissão dissesse quaes as duvidas que teve, e o modo por que o governo lhas resolveu, porque uma comissão que se encarrega do exame de qualquer projecto, deve apresentar explicitamente no seu relatório as duvidas que teve, e como se resolveram.

Ora, as duvidas que a comissão teve sobre algumas disposições do projecto, e que o governo resolveu, deviam ser de muita ponderação, por consequencia devia manifesta-las á camara, e o modo como foram resolvidas, para que a camara as tomasse em consideração e as avaliasse. Nós não o sabemos, e era essencialmente necessario que o soubermos, e soubermos tudo, duvidas e explicações, quaes foram estas, e o que suscitou aquellas, que deveriam, repito, ser muito graves para despertar a attenção da comissão. Porde-me a comissão, mas na verdade parece-me que nada devia omitir a este respeito em seu relatório, pois, tendo a camara de votar sobre o projecto, é claro que ella devia ser sabedora de todas as hesitações e duvidas, bem como do modo por que foram resolvidas, para tomar este objecto, aliás importante, em a devida consideração.

Já hontem me referi á grande utilidade que provém do contrato emphyteutico, não só para pôr ao alcance dos que vivem do seu salario a propriedade, que não poderiam alcançar por outro modo, mas tambem para substituir a vinculação pelos prazos do livre nomeação, resultando que a propriedade se poderia agglomerar ou dividir conforme as exigencias economicas. (Vozes: muito bem, muito bem.) Por consequencia, entendo que tudo quanto for embaraçar a emphyteuse é muito nocivo; por isso n'esta parte terei de propor a eliminação do imposto sobre a transmissão do dominio util.

É verdade que ha aqui, no § 4.º, uma disposição que diminui alguma coisa o mal, porque isenta

da siza o aforamento de bens vinculados, e de terrenos que nunca fossem cultivados; mas, não sei porque os terrenos cultos, e os bens que não sejam vinculados, não devam ter tambem o mesmo favor.

Quanto á disposição a respeito dos terrenos incultos, pergunto eu, como se ha de provar que este ou aquelle terreno nunca fora cultivado? A prova é impossivel, e por consequencia inadmissivel é a disposição que exceptua estes terrenos, pois era preciso que houvesse um processo, que é impraticavel, para mostrar que nunca foram cultivados.

Sr. presidente, o meu systema era isentar a emphyteuse de todo e qualquer encargo, porque todo elle é nocivo, tanto a respeito dos bens vinculados, como d'aquelles que o não são.

A lei de 1844 exceptua os barcos de pesca do direito de transmissão, e n'esta lei não são exceptuados.

Sr. presidente, os barcos da pesca e as redes estão sujeitos a tão repetidos sinistros, que muitas vezes as familias e os individuos que os possuem são obrigados a comprar outros, e assim este imposto vae recair sobre uma propriedade que tanto risco corre e que tão pouca solidez apresenta, ficando pelo imposto o seu valor ainda mais diminuido.

A isenção do imposto sobre esta propriedade era de certo uma grande equidade que se devia fazer a favor de uma classe tão desgraçada, como são os pescadores, pelos grandes perigos a que estão sujeitos, e toda a sua propriedade.

Mas não se attende a isto, e quando um d'estes homens morre, passando a propriedade para um irmão ou qualquer outro parente, os seus barcos ficam sujeitos ao direito de transmissão!

Os moveis, sr. presidente, tambem eram exceptuados pelas leis de 1838, e de 1844, e não me parece que haja razão para aqui os incluir. Os sementes pagavam pelas outras leis o imposto de transmissão; mas os moveis eram livres, pelo inconveniente que haveria nas avaliações, para determinar os seus valores, e mesmo porque, exceptuando algumas casas muito ricas, os objectos moveis da maior parte das pessoas não valem nada. Se das casas extremamente ricas pelo seu luxo, pela grandeza dos seus moveis, se fizer uma estatística, e compararmos estas casas em relação áquellas que apenas têm umas cadeiras para o seu uso, e moveis ou antigos ou de pouco valor, ver-se-ha que são realmente muito poucas aquellas que estarão em circumstancias de terem um grande capital empregado naquella propriedade; por consequencia entendendo tambem que os moveis não deviam pagar direito de transmissão.

Nos contratos de permutação de propriedade é igualmente nocivo este imposto, porque é um embaraço que se põe a estas transacções, que vão augmentar o valor da propriedade, e vão por este modo augmentar tambem o valor do que a mesma propriedade pôde pagar.

Sr. presidente, no 1.º § do artigo 8.º tenho toda a duvida; e hei de propor a sua suppressão. Diz este § (leu).

«O valor dos bens de raiz será determinado pela avaliação dos peritos, tendo-se em vista os contratos anteriores, ou outros actos que se refiram ao valor dos mesmos bens; com tanto que o rendimento d'elles nunca se reputar inferior ao rendimento collectavel da matriz predial.»

Por esta ultima disposição do § ha de acontecer que a pessoa que vender paga uma contribuição em relação ao ao preço por que vende a propriedade, mas sim áquella valor que lhe deram na matriz, que é sempre muito maior do que o real; e de certo o será, porque ainda que a propriedade seja avaliada, a siza vem a ser descontada pelo comprador, e o vendedor ha de pagar uma contribuição, não em relação ao preço que recebe, mas áquella que está na matriz.

Ora, sr. presidente, estamos chegados ao artigo 9.º, sobre o modo por que a junta dos repartidores é constituída, sem que das suas decisões haja recurso para o conselho de districto, mas unicamente para o conselho d'estado.

Tirar os recursos d'esta junta para o conselho de districto, e ficar só para o conselho d'estado, é o mesmo que illudir todo o recurso; porque a maior parte dos habitantes de Portugal, que estão longe da sede do conselho d'estado, que é em Lisboa, são pessoas menos abastadas, sobre quem de ordinario recada com mais peso a contribuição, ainda mesmo quando pareça muito pequena, e, quando lesados pelas juntas, poderiam recorrer para o conselho de districto, que attenderia ou não; mas, não attendendo, o trabalho e o custo de levar aquelle recurso perante o conselho d'estado pertencia unicamente ao delegado do thesouro, que é quem concorre com todo esse trabalho, e é a necessaria despesa para levar, perante o conselho d'estado, a decisão do conselho de districto, e ao interessado só cumpre ter um procurador em Lisboa que tratasse d'esse negocio; por isso digo, o recurso das juntas unicamente para o conselho d'estado inutiliza inteiramente todo o recurso, principalmente áquellas pessoas a quem mais necessario se tornava que tivessem um tribunal não longe das suas habitações, a que podessem recorrer; assim o rico terá justiça, e o pobre não terá meios de a obter. Certamente, esta disposição da lei, segundo a proposta original do governo, é de mui grande inconveniente.

Tambem, sr. presidente, não me parece que o artigo 12.º, que diz respeito ás escripturas de promessa de venda, deva ser approvado, porque, realisada a compra, então se pagaria; aliás será submeter ao imposto um contrato incerto (porque a promessa não é um acto consummado), que, quando se não verificar, ainda que se restitua a importância do imposto, é um grande incommodo para o interessado andar n'estas diligencias, sem que, por aquelle pagamento, o thesouro tire vantagem alguma; porque o negocio é bem claro: se as propriedades não podem ser vendidas sem uma escriptura, e se a escriptura definitiva é a que constitue a venda, é n'esta occasião que se deve pagar.

Tanto a lei de 1838, como a de 1844, estabeleciam um periodo, dentro do qual a propriedade só pagava uma vez o imposto de transmissão; na de 1838, como se vê pelo artigo 7.º, este periodo era de tres annos; e na de 1844, que era mais favoravel, o periodo era de cinco, como se vê pelo artigo 8.º

Esta condição, sr. presidente, é uma condição indispensavel: a primeira vez que se estabeleceu o direito de transmissão foi em 1838; a lei foi pela comissão de fazenda apresentada ao congresso, constituinte sem esta disposição; porém, entrando em discussão, levantou-se um membro d'aquelle congresso, e disse: «a propriedade, durante qualquer epidemia, como se virá em 1833, por occasião do cholera morbus, que durou por muitos mezes, passará muitas vezes, em pouco tempo, para diferentes possuidores; e que não se estabelecendo um periodo, dentro do qual a propriedade só pagasse uma vez, acontecera que, passando para diferentes possuidores, pagaria tantas vezes a contribuição, quantas eram as pessoas que a herdavam; sendo por esta maneira grande parte da propriedade dependida do pagamento d'estes direitos, o que equivalia a um confisco de parte da propriedade.» O congresso constituinte reconheceu tanto o peso d'estas reflexões, que, apesar de ter votado impostos sobre immoveis, attendeu a ellas, e consignou na lei de 1838 aquelle principio de excepção.

A lei de 1844 achou-o tão justo, que o consignou no § 8.º do artigo 8.º A experiencia tem mostrado que

o deputado que fallou em 1838 parece que tinha a previsão do que havia de acontecer. Quantas vezes se não têm dado epidemias em Portugal? Cholera, febre amarella, e quem sabe aquelles que ainda nos virão flagellar? Por estas epidemias, a propriedade dentro em pouco tempo passa para diversas mãos.

Uma mulher por occasião da febre amarella, para herdar os bens que lhe pertenciam, foi preciso que morressem seis pessoas de sua familia; o que mostra que ainda mesmo que a propriedade só pague depois do herdeiro estar de posse d'ella, contudo, demorando-se a epidemia, dentro de um curto prazo a propriedade pagará o imposto repetidas vezes.

Sr. presidente, a respeito do projecto tenho feito aquellas reflexões que a minha limitada intelligencia me tem suscitado; na generalidade não tenho mais nada a dizer; quando chegar aos artigos que eu apontei, então proporei as eliminações ou additamentos que julgar convenientes.

O sr. *Presidente*: — tem a palavra o digno par o sr. visconde de Balsemão.

O sr. *Visconde de Balsemão*: — pediu que se lhe reservasse a palavra para a especialidade, quando se tratasse do artigo 11.º

O sr. *Presidente*: — então tem a palavra o digno par o sr. visconde de Gouveia.

O sr. *Visconde de Gouveia*: — sr. presidente, do complexo de medidas financeiras, que o sr. ministro da fazenda apresentou ao parlamento; é esta a primeira que vem

uma verdadeira alienação de parte do domínio. Também nas transmissões se estendeu o imposto aos irmãos que, na verdade, não sendo herdeiros necessários, deviam seguir a regra estabelecida para todos os outros herdeiros que estão em iguais circunstâncias. O sistema de recursos adoptado no projecto vai de harmonia com a ordem estabelecida nas medidas do governo para o processo dos outros impostos; nem encontro razão para o contrario. O conselho de estado é um tribunal muito mais independente, e livre de preocupações e influencias locais, do que o podem ser os conselhos de districto, como actualmente se acham organizados. Estes recursos são gratuitos, e conduzidos oficialmente ao seu destino. Que vexame, que prejuizos podem portanto d'aqui provir aos recorrentes? Não vejo nenhuns.

Estes são os principaes tópicos da differença entre as velhas e a nova contribuição. Digo sinceramente que não vejo a malha da grande rede que o digno par quiz encontrar. Em Inglaterra, e mesmo em França e na Bélgica, este imposto é muito mais pesado; pesado na cifra, e pesadissimo em relação ás operações e transmissões que comprehende. A maior parte das excepções e privilegios por equidade estabelecidas no projecto não se encontram lá fora. As heranças, por exemplo, dos descendentes e ascendentes não são isentas em toda a parte. Onde não levaria esta prescripção se cá a adoptassemos? Em Hespanha os direitos de transmissão em certos casos, e para certas pessoas, quasi que absorvem a herança. Diz-se que o tributo é odioso, que vae onerar contratos importantes para a economia publica. E qual tributo não é odioso? Qual não é um onus? Qual não afecta a riqueza publica? O imposto é um mal necessario. O caso é que seja equitativo, que não exceda as forças do contribuinte, e que seja applicado para as necessidades publicas. O mais equitativo e regular dos impostos fora o de repartição geral, segundo as rendas de cada um. Mas estamos por ventura no caso de recorreremos a este systema, prescindindo de todos os impostos indirectos? E qual é a nação, embora adiantada na execução d'este systema, que o tenha levado ao cabo completamente, e que possa absolutamente abrir mão de todos os outros impostos?

Este projecto, porém, sr. presidente, tem outro alcance, que não deve escapar á apreciação publica. O registro vae dar publicidade a contratos que até aqui ficavam muitas vezes envolvidos no mysterio, e ignorados do publico. A notoriedade d'alheia força, da força á propriedade, dá força ao systema hypothecario. Estes contratos eram muitas vezes irregulares, constituídos em falsas fraudes, fraudulentos ás vezes, e outras formulados por pessoas ignorantes, ou por tabellães ineptos. O registro, acompanhado, já se entende, das convenientes normas regulamentares, e committido á direcção de funcionarios illustrados, ha de remediar estes males. E ha de fugir por uma vez da tela judiciaria essas numerosas causas, que vexavam os povos, e finham a sua origem nas irregularidades e ignorancia d'estes contratos. Uma outra inevitavel consequencia é que o registro ha de ficar sendo a prova exclusiva de todas estas operações sujeitas ao imposto; e que veremos portanto banida d'estas especieis a calumniosa prova testemunhal, de que tanto se tem abusado no foro, e que tem sido fonte perenne de injustas demandas, e de decisões inequas. En lamentando que este systema de registro, independente de imposto, se não estenda a todos os contratos. Então estabeleceriamos a segurança e o credito. E esse flagello da prova testemunhal ficaria de uma vez banido dos contratos.

Mas eu ia-me um pouco afastando da materia para es'outra t'io comexa. Voltarei ao assumpto para terminar as minhas succintas e breves considerações. Não tome parte nos recios do digno par que me precedem. Avaliei de diversa maneira, e parece-me que com justiça, as prescripções, em que o digno par encontra a violencia e o excesso; e sem me occupar de outros considerandos, que me pareceram impertinentes á materia, e que poderiam servir para fazer espirito, mas não para uma discussão seria; terminarei votando pelo projecto.

O sr. P. Pereira de Magalhães:—sr. presidente, a commissão de fazenda impoz-me o encargo de seu relator d'este projecto de lei, e não admittiu as escusas que apresentei em razão da minha incapacidade, e do mau estado da minha saude, para desempenhar um encargo pesado, difficil e importante. Tenho, por consequencia, necessidade de defender o parecer da commissão das arguições que lhe fez um digno par, mas antes d'isso devo declarar á camera que ha uma errata importante n'este parecer. É no periodo relativo á contagem dos graus de parentesco que diz (lei). Errata é, que pagaria 7 em lugar de 6 por cento; errata esta muito facil de conhecer porque quem ler pôde achar o erro, comparando o parecer com o respectivo artigo do projecto.

Em quanto ás observações do digno par, e em geral, devo fazer justiça á s. ex.ª, a maxima parte d'ellas foram muito judiciosas, como todas as observações que o digno par costuma fazer, porque examina os negocios, e sempre os aprecia muito bem; mas entre algumas das suas observações ha uma que necessita ser esclarecida. Primeiramente noto que no periodo do parecer, em que se diz que o fim principal d'este projecto é augmentar os impostos, s. ex.ª leu só até ás palavras: «a commissão não propõe alteração alguma.» O digno par deu a razão d'isto, prescindindo da que está scripta em seguida e disse: «a commissão approva o projecto, porque augmenta os impostos.» E depois de discutir sobre esta razão que s. ex.ª inventou, porque não está no parecer, passou a analysar á da commissão que é esta (lei).

Está é pois a razão por que a commissão não propoz alterações, e não a que inventou o digno par. Além d'esta razão ha mais as que vem no periodo seguinte que são os considerandos da commissão. Eis-aqui mais uma prova de que não é bom cortar os periodos escriptos, porque a sua integridade é que manifesta o verdadeiro pensamento do escriptor.

O digno par notou tambem que a commissão não declarasse as duvidas a que se refere o parecer n'este mesmo periodo. Se as duvidas fossem tão importantes, que alterassem ou melhorassem as provisões do projecto, de certo que a commissão as exporia, bem como se as explicações do governo tinham ou não satisfeito a commissão. Mas as alludidas duvidas eram ou de redacção, ou para melhor intelligencia do que está escripto no projecto; e o governo esclareceu a commissão, e demonstrou que no projecto se explicava claramente o pensamento do governo. Aqui está a razão, por que a commissão não expoz as duvidas que lhe sugeriu o exame do projecto, expostas ao governo para melhor intelligencia de alguns artigos do projecto, mas o governo explicou-se, e a commissão deu-se por satisfeita. Por consequencia tenho respondido ás observações feitas pelo digno par á generalidade do projecto, mas passo depois o digno par a fazer algumas reflexões sobre a especialidade, e toco varios pontos que promettem desenvolver mais largamente na discussão dos artigos. A esta generalidade darei tambem genericamente algumas explicações, porque com ellas talvez s. ex.ª possa melhor formular as emendas que promette propor aos artigos do projecto, cujos pontos tocou em geral.

Começou o digno par referindo-se aos contratos emphyteuticos, e fez a este respeito judiciosissimas reflexões, com as quaes eu me conformo completamente, porque os contratos emphyteuticos podem ser ainda um meio para nós decidirmos a grande questão que tanto se ventila, se convem mais ao estado a grande propriedade ou a pequena. Com a emphyteuse conseguem-se estes dois fins. (O sr. Visconde de Fontes Arcada:—é verdade.) Por meio da emphyteuse evita-se o abismo, que muito se teme em algumas nações, como a França, em consequencia da divisão da propriedade, até ao ponto que a final torna toda a gente pobre. A emphyteuse pôde fazer grandes e pequenos proprietarios, e nenhum pobre. (O sr. Visconde de Fontes Arcada:—apoiado.) Nesta parte estou conforme com todas as observações do digno par, porque são muito judiciosas, até mesmo para substituir os morgados, cujos inconvenientes evita e remedia, e cujas vantagens são manifestas.

Agora em quanto a ficar tambem sujeita a constituição da emphyteuse ao direito de registro, de que se trata no artigo 2.º, direi a s. ex.ª que este projecto, em quanto ao direito de transmissão por titulo oneroso, é muito favoravel ao estado e á legislação actual. Quer o digno par saber o que se pagava ha quatro seculos por este tributo, ou contribuição da siza, pelos artigos de 27 de setembro de 1476, que ainda são a lei fundamental d'este tributo? Pagava-se 10 por cento por tudo, pelas compras e vendas, pelas trocas de bens de raiz, moveis e semoventes. E havia mais uma siza chamada das correntes, que era pela passagem de um concheiro para outro, tanto de gados, como moveis, generos e outras mercadorias. Esta siza das correntes era não só em extremo vexatoria, mas tão nociva ao commercio interno, que o sr. Mousinho da Silveira, no relatório do decreto de 1832, lhe attribue males da maior gravidade feitos ao commercio e á industria. Pelos citados artigos das sizas fixou-se este tributo no caso de venda dos bens de qualquer especie, bem como nas trocas de predio por predio em 10 por cento.

Assim se conservou até que por aviso de 19 de julho de 1765 foram isentas as trocas, mas a razão d'isso foi porque pessoas poderosas quizeram fazer grandes propriedades por meio de trocas sem pagarem sizas. Passada esta epocha, e preenchidas as vistas que deram causa a este aviso, foi este revogado no anno de 1792, pela resolução de 3 de novembro, tornando-se a pagar siza das trocas, predio por predio. O decreto de 19 de abril de 1832 aboliu todas as especies de siza, menos a da compra e venda dos bens de raiz, a qual foi reduzida a 5 por cento, sendo posteriormente elevada aos primitivos 10 por cento. Pela actual legislação é de 5 por cento, que, com as addições, monta a quasi 6 por cento; o projecto fixa este tributo nos 6 por cento, que não são excessivos.

Fez ainda o digno par outra observação, que não podia deixar de causar impressão na camera. S. ex.ª, alludindo aos terriveis flagellos com que a nossa terra foi assolada em tres diferentes annos, 1833, 1856 e 1857, disse que, em razão da mortandade causada por estes flagellos, muitas heranças passaram para duas, tres e mais pessoas, e que, não estando no projecto previsto um caso extraordinario, aconteceria que o fisco exigiria o pagamento do direito de transmissão tantas vezes quantas tivessem sido as pessoas a quem a mesma herança se transmitiu, mas que haviam fallecido, de que resultaria o confisco da herança, cujo valor talvez não fosse sufficiente para o tal pagamento. Fazendo s. ex.ª estas reflexões citou exemplos tristes de factos occorridos entre nós nas calamitosas epochas da cholera morbus e da febre amarella! Observarei porém ao digno par, que se taes flagellos se repetissem, o que Deus não permita, e taes factos se dessem, os herdeiros das pessoas que morressem sem terem addido a herança pela posse real e corporal não pagam direito de registro pela transmissão, senão a que se realizar pelo fallecimento do ultimo possuidor, porque a recebem d'este, e não dos que falleceram sem possuir, ou sejam muitos ou seja um. Exemplo, morreu Pedro, deixou a João, mas este não chegou a tomar posse da herança porque tambem morreu; succedeu a este Paulo, e pois este Paulo quem ha de pagar porque recebe a herança, não de João, mas sim de Pedro.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—eu conformo-me com a explicação que acaba de dar o digno par, mas isso não está no projecto em discussão.

O Orador:—eu entendo que o projecto está claro, attentos os principios de direito. Creio que se reduziram a estas as observações do digno par; e como s. ex.ª se reserva para a especialidade, eu verei então se devo tomar a palavra de novo.

Vozes:—votos, votos.

Proposto á votação o projecto na generalidade, foi approvedo.

O sr. Presidente:—vae ler-se o artigo 1.º (Lei-se).

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—sr. presidente, eu tinha pedido a palavra com o fim de responder ao digno par visconde de Gouveia... (O sr. Presidente:—v. ex.ª já usou d'ella.) Não senhor, eu interrompi o digno par o sr. visconde de Gouveia, mas foi para dar a explicação da palavra miserias, explicação que elle me pediu; mas reservei-me para fallar sobre a generalidade da materia segunda vez, direito este de que não posso ser privado.

O sr. Presidente:—o projecto está votado na generalidade, e v. ex.ª pôde fallar na especialidade.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—muito bem.

O sr. Presidente:—passa-se á discussão do artigo 1.º, e tem v. ex.ª a palavra.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—o digno par visconde de Gouveia considerou o systema de registro como uma grande segurança para a propriedade e para a sociedade igualmente: ninguém duvida d'isso, sr. presidente; mas, perguntou eu, será necessario que para haver o systema de registro se paguem os impostos exigidos n'esta lei? O registro é para que os possuidores possam ter um documento em que proveem que a propriedade lhe pertence: nada mais justo. Mas não se poderá conseguir isso sem que pensem estes impostos sobre a propriedade? Eu entendo que pôde. Se o digno par dissesse que o imposto que se pede é unicamente para esse fim, então sim. Mas s. ex.ª não o disse, nem o podia dizer, porque a verdade é que a maior parte d'estes tributos não são para consumirem nas despesas publicas, que nada têm com o registro.

S. ex.ª tambem disse, que em França, e n'outros paizes, este imposto era maior; mas é necessario attender a que n'esses paizes a riqueza é muito maior: ali ha infinitissimas outras fontes de riqueza que não temos no nosso paiz, como todos sabem.

Quanto á emphyteuse, eu não a considero unicamente só debaixo do ponto de cultivar o paiz, mas tambem como um modo facil de que os que vivem dos seus salarios obtenham uma propriedade que aliás não poderiam obter. Um jornalista, por exemplo, acha pessoa que lhe possa fazer o aforamento de um bocado de terra: o direito de transmissão é de vinte vezes o fôro (Vozes:—é a avaliação); quero dizer, 6 por cento sobre os vinte annos, imposto que á maior parte dos homens, a que alludo, assim mesmo é muito pesado, e ainda que seja o valor de dois, tres ou quatro dias de trabalho, esses mesmos lhos são muito precisos para principia-rem a cultivar a fazenda.

O digno par visconde de Gouveia observou que eu tinha dito que este projecto era uma rede de tributos. Não disse tal, o que eu disse é que era a primeira malha da rede de tributos que se vão lançar ao paiz. O que é muito differente.

Foi isto, sr. presidente, o que eu disse. Em quanto porém ás duvidas que a commissão apresentou

ao sr. ministro, não percebi pelo que disse o digno relator da commissão, a maneira por que o governo as tinha resolvido.

O digno par, relator da commissão, entende, como eu tambem entendo, que a emphyteuse é um grande meio para a civilização, por que consente que a propriedade ora se divida, ora não se aglomere, conforme as circunstancias economicas do paiz o exigirem: mas s. ex.ª que tem muita intelligencia, não pôde deixar de conhecer que todos os embargos que se lhe pozem são nocivos.

E quando se trata de um objecto de tanta utilidade, o governo deve ser o primeiro a protege-lo.

Quanto ao que se me respondeu acerca do artigo 7.º e 8.º das leis de 1838, e de 1844, estou convencido que se devia adoptar qualquer d'estes artigos; mas reservei-me para apresentar um additamento quando chegarmos ao artigo competente.

Posto á votação o artigo 1.º, foi approvedo.

Entrou em discussão o artigo 2.º.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—sr. presidente, a este artigo proponho uma excepção, que mando para a mesa.

É do teor seguinte:

«Toda a propriedade de raiz que for sujeita ao imposto d'esta lei, não será obrigada a outro imposto proveniente de uma nova transmissão, senão passados tres annos, contados do dia do primeiro pagamento.»

O sr. secretario Conde de Mello:—essa proposta não tem relação com este artigo.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—entretanto mando-a para a mesa, e ficará reservada para quando se tratar d'este assumpto.

O sr. Presidente:—pode-se tratar conjuntamente com o artigo 2.º, e as suas duas prescripções.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—expoz que o digno par havia mandado para a mesa uma proposta para serem exceptuados do direito de transmissão os contratos emphyteuticos. Não pôde deixar de dizer que lhe parece não haver fundamento para essa excepção. O principio do imposto é a igualdade, e não vê portanto que, sendo sujeitos ao tributo os outros contratos, devesse ficar exceptuada a emphyteuse nas circunstancias em que está no projecto. O digno par referiu-se ás vantagens que resultam da emphyteuse, mas devia notar que mais adiante, no mesmo projecto em discussão, a emphyteuse está propriamente considerada debaixo do ponto de vista em que a considerou o digno par, que é a dos terrenos incultos. Estes continuam exceptuados do artigo 4.º.

Para a emphyteuse dos terrenos incultos, em que ha uma grande vantagem em reduzi-los á cultura, é necessario auxiliar poderosamente aquellos que tomam sobre si o cuidado de os cultivar; mas na dos terrenos cultos, não conhece razão para a excepção, porque á face dos principios economicos é uma troca de valores tão transmissivel como qualquer outra.

Por consequencia, a proposta do digno par refere-se áquella que está considerada no projecto, pois a emphyteuse ordinaria é uma troca de valores.

Debaixo d'este ponto de vista, se a indicação do digno par fosse aceita, ferir-se-ia o principio de igualdade em que são baseados todos os impostos.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—eu não só considero a emphyteuse em relação aos terrenos cultos, mas considero-a e considero-a principalmente como da maior utilidade e da maior conveniencia para pôr a propriedade ao alcance d'aquelles que a não podem obter por outro modo; e claro está que considerada debaixo d'este ponto de vista tão util, é necessario que sejam exceptuados do imposto não só os terrenos incultos, como os cultos; foi debaixo d'este ponto de vista que eu considero a emphyteuse. Considero-a não só como um meio de cultura para aproveitar os terrenos incultos, facilitando estes aforamentos; mas alem d'isto ha terrenos já cultivados que nem por isso deixa de ser de maior conveniencia que se ponham ao alcance de todos aquellos que não podem obter propriedade por outro qualquer modo. Foi debaixo d'este ponto de vista principalmente que eu considero a emphyteuse; o sr. ministro responde-me, mas em quanto ao modo por que a considero, não collo a razão apresentada de s. ex.ª, porque eu considero de grande utilidade que os homens que vivem do seu braço, possam tomar de aforamento qualquer propriedade.

Portanto remetto uma proposta para que a transmissão do dominio util nos contratos emphyteuticos seja livre.

Foi admittida á discussão.

O sr. Presidente:—vou pôr á votação o artigo 2.º, com as suas duas prescripções, e depois se votará a proposta do digno par.

O sr. Marquez de Loulé:—pediria a v. ex.ª que pousasse á votação as duas prescripções em separado, porque pôde ser que hajam dignos pares que approvem uma e rejeitem a outra.

Votaram-se separadamente as prescripções, que foram approvedas, e a proposta do sr. visconde de Fontes Arcada foi rejeitada.

Seguiu-se o artigo 3.º.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—Eu peço que sejam exceptuados os barcos e redes de pesca.

Leu e mandou para a mesa a sua proposta, que é do teor seguinte:

«Ficam exceptuados os barcos e redes de pesca.»

Posto á votação o artigo e as suas prescripções foi approvedo, e rejeitada a proposta.

Approvaram-se os artigos 4.º e 5.º sem discussão.

Seguiu-se o artigo 6.º.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—desejava que o sr. ministro da fazenda me explicasse se os 3 por cento nos contratos de permutação, são por cada propriedade.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—explicou que a disposição do projecto é para que nos contratos de permutação se pague 3 por cento por cada propriedade, o que prefaz os 6 por cento, que podem ser dados em dinheiro ou titulos de divida publica.

O sr. Visconde de Balsemão:—usava da palavra unicamente para pedir uma explicação ao sr. ministro da fazenda. Desejava saber se n'este artigo eram comprehendidos todos os contratos sem limitação, porque muitas vezes acontece, especialmente na provincia do Minho, haver contratos dos quaes não resulta vantagem nenhuma senão a da união da propriedade, sem produzir maior rendimento. Acontece trocar-se uma propriedade que não augmenta o valor, como por exemplo uma terra que está encravada, de que resulta só a conveniencia da junção, e por isso estas trocas, segundo lhe parece, não deviam ser comprehendidas na lei.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—disse ser certo que se comprehendem todas as trocas, nem elle, orador, sabe como se podiam exceptuar estas, porque sempre nas trocas ha vantagens e utilidade. No contrato suppõe-se que ambos adquirem vantagem, por isso que a troca se realisa.

O sr. Visconde de Balsemão:—chamou a attenção do sr. ministro para a legislação franceza, na qual se exceptua esta disposição que importa muitas vezes um prejuizo real á sociedade, pois quando a troca é para melhorar um terreno, torna-lo mais productivo, e evitar uma serventia, deve-se exceptuar. As nossas antigas leis já consideravam isto; havia mesmo a lei chamada das servidões, porque se entendia que maior seria a desvantagem que resultaria de deixar de se verificar uma troca em taes

circunstancias só para se eximirem ao pagamento do imposto.

Desejára se consignasse no projecto esta excepção quando se provasse que não havia vantagem real para o particular na permutação.

Posto a votos o artigo 6.º foi approvedo.

O sr. Marquês de Loulé:—manda para a mesa o parecer da commissão de fazenda relativo ao projecto de lei n.º 33 vindo da outra camera, approvando a applicação dada pelo governo ás despesas geraes do estado.

Pedi a sua impressão, e conjuntamente a do mappa annexo ao projecto, apresentado pelo sr. ministro da marinha á camera dos srs. deputados.

Assim se decidiu.

O sr. Conde de Mello:—leu um officio vindo da outra camera acompanhando uma proposta de lei.

Deu-se-lhe o devido destino.

O sr. Visconde de Athouguia:—requereu se consultasse a camera para se prorogar a sessão até se concluir a votação d'este projecto de lei.

Consultada a camera foi approvedo este requerimento.

Leu-se na mesa o artigo 7.º com os seus §§.

Foi approvedo sem discussão.

Seguiu-se o artigo 8.º.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—diz o artigo 8.º (lei). Eu confesso sr. presidente que acho que quaesquer informações ou avaliações que se façam são inúteis uma vez que se diz: com tanto que o rendimento nunca se reputa inferior ao rendimento collectavel da matriz predial! Nada mais injusto!

Pois quantas vezes se vendem predios que o seu rendimento é muito inferior áquella que está avaliada na matriz predial! (O sr. Conde da Ponte de Santa Maria:—para os perulários não é.)

Sr. presidente, quem vende, em geral, é por que tem precisão, e vê-se obrigado a vender por aquilo que lhe offerecem. (O sr. Visconde de Gouveia:—é a fraude?) As matrizes todos nós sabemos como ellas estão feitas, isto é, eu fallo d'aqui que é donde tenho mais conhecimento; n'esta parte de provincia que eu conheço como esses trabalhos estão feitos, vejo que as matrizes estão excessivamente elevadas, e de certo ainda virão a sô-lo mais, ao passo que tambem é certo que quanto maiores forem os encargos da propriedade tanto menos ella vale.

Sr. presidente, eu sinto muito que a camera esteja de tal modo decidida a votar todas as disposições d'este projecto de lei, que não haja esperança de se lhe fazerem melhoramentos, mas fiel sempre á minha missão, ou tirei ou não tire resultado, vou propor a eliminação d'estas taes ultimas palavras do § 1.º do artigo 8.º.

Diz-se que pôde haver fraude. Pois por um ou dois que possam commetter fraude não de todos estar sujeitos a um imposto que não tem proporção com o rendimento d'aquillo sobre que vae recair, e que muitas vezes se venderá por quatro aquillo que na matriz está collectavel por doze. (Vozes:—na pratica é que se conhece.) Na pratica?!!! Pois não se pôde já ver qual será o resultado? O que eu vejo, sr. presidente, é que todas as disposições do projecto são approvedas, porque vence o numero dos votos; mas eu, fiel á minha consciencia, apesar d'isso proponho a eliminação.

A eliminação proposta foi a seguinte:

«Que no paragrapho 1.º do artigo 8.º se eliminem as palavras desde—tanto que—até—predial—».

O sr. Visconde de Balsemão:—declarou que pela sua parte tambem achava bastante dureza n'este artigo, parecendo-lhe que em geral não pôde haver recio da fraude, que era o motivo que se dava para esta prescripção, a qual fará de certo muito maior numero de queixosos do que poderia ser o numero dos fraudulentos. (O sr. Visconde de Fontes Arcada:—apoiado.) Entendia pois que se deviam evitar taes inconvenientes, e a mesma fraude, se da parte do governo houvesse quem fiscalisasse.

Deve attender-se a que mesmo aqui em Lisboa se dão exemplos para confirmarem a sua asserção. Quantas casas estariam avaliadas nas matrizes por um rendimento muito maior? Podia citar alguns factos. E as que passam semestres sem rendimento algum?

Numa palavra, acha duro que se obrigue a pagar regulando pelas matrizes da maneira como estão feitas. Conciliava-se tudo assistindo os delegados do governo com outros peritos ajuramentados, que desempatasse a discordancia que houvesse nos avaliadores. Quando se manda que haja a hasta publica não sabe que dólo possa haver. Numa palavra queria votar uma cousa que não lhe fizesse o escrúpulo que lhe suscita esta prescripção.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—eu peço licença sómente para notar uma cousa que me lembrou agora.

Eu sei de uma pessoa conhecida de todos nós, que tem um armazem na outra banda do Tejo, armazem que lhe rende 600/000 réis, de que paga 100/000 réis de contribuição. Quando se vender este armazem como ha de ser? Faz-se a conta em relação aos 600/000 réis que rende ou ao capital relativo aos 100/000 réis em que está collectado na matriz?

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—disse que os dignos pares figuraram uma hypothese que não está comprehendida. Quando se faz a venda em hasta publica em arrematação não pôde haver duvida.

Leu o artigo do projecto, e continuou dizendo que é unicamente n'estes casos que a regra se applica. Quando ha suspeita de fraude é que se faz necessario recorrer á avaliação, e esta estabelece-se conforme os principios geraes de legislação com o systema dos peritos.

Em quanto ao rendimento calculado nas matrizes ser superior, acredita que raros serão esses casos, mas em geral todos tem a consciencia de que o rendimento que se designa nas matrizes é inferior e não superior em relação a outro systema.

Em quanto ao que lembra o digno par o sr. visconde de Balsemão, presuppõe que seria mais vextatorio estabelecer esse systema de combinação de peritos e fiscaes do governo, mas o que é certo é que bem se conhece o fundamento da prescripção do projecto.

Disse o digno par «que quem vende, vende sempre pelo que acha.» Mas permitta s. ex.ª que elle, orador, lhe diga, que muitas vezes quem compra, compra sempre pelo que querem vender. Acontece uma cousa e outra, porque tanto a venda como a compra estão sujeitas á lei economica.

Quando ha muitos compradores e poucos vendedores, ou quando ha mais quem queira comprar do que vender, é muitas vezes o comprador que se vê forçado a aceitar a lei do vendedor; e parece-lhe, pelas circunstancias especies do paiz, que o comprador recebe mais vezes a lei do vendedor, principalmente nas provincias, porque se vê que sendo o rendimento das propriedades muito pequeno, ellas tem lá um grande valor, empregando-se sommas importantes na sua compra, e então quando se dão estes factos, longe de ser o vendedor que recebe a lei do comprador, é o contrario que acontece.

Portanto, o que se quiz estabelecer n'este artigo foi um limite para evitar as fraudes, e poder-se calcular melhor o preço da siza.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—sr. presidente, eu não me posso conformar com o que s. ex.ª diz, de que o comprador está sujeito á lei do vendedor. Pôde succeder ás vezes, mas, em geral, não

é assim; porque quando se apresenta uma propriedade na praça, ou fóra d'ella, para vender, quem a vae comprar deita conta a todos os encargos da propriedade, a siza e o direito de transmissão, e n'este sentido é que dá o seu preço. Isto é o que acontece geralmente.

Agora, quanto ao desejo que algum tenha de comprar por todo o preço uma propriedade, isso é uma excepção para que se não pôde legislar. A maior parte das pessoas que vendem são forçadas a isso por um grande numero de circunstancias, que todos nós sabemos, e não têm outro remedio senão vender por aquelle preço que lhe dão.

Aqui o artigo propõe que este tributo nunca seja menor do que o rendimento collectavel; e eu, finalmente, não posso votar por elle.

O sr. Marquez de Ficalho:—sr. presidente, eu não cango a camera, e direi só duas palavras. Parece-me que este artigo deve ser approvedo. Digo ao digno par a razão, e espero que o hei de convencer. Parece-me a mim que uma das vantagens d'este projecto, é o evitar os contratos fraudulentos, e onde ha mais fraudes nos contratos é em relação ás sizas (apoiados).

O digno par, que está defendendo os contribuintes, e eu tambem o sou, é preciso que saiba que ha aldeias onde se têm vendido propriedades sem pagar siza, e está claro que quando o contrato for publico, ou se arrematar alguma propriedade em praça, lá está a base do imposto; mas nos contratos que se fazem particularmente, era necessario um preceito para pagar o que deve ser; e portanto parece-me que a camera deve approvar este artigo como está.

Vozes:—votos, votos.

O sr. Presidente:—tem o sr. visconde de Balsemão a palavra.

O sr. Visconde de Balsemão:—não insiste na idéa exposta, depois da explicação que deu o sr. ministro da fazenda. Como está reservado o caso da hasta publica, foi boa esta explicação, porque muita gente estava convencida do contrario.

O sr. Presidente:—eu peço á camera que queira attender a que n'este artigo pede o digno par o sr. visconde de Fontes Arcada, que se eliminem as palavras seguintes:—com tanto que o rendimento d'elles nunca se reputa inferior ao rendimento collectavel da matriz predial.—

Eu vou pôr á votação d'esta maneira, o artigo como está; se assim for votado fica prejudicada a eliminação que o digno par propoz, e por consequencia ponho á votação o artigo 8.º com os competentes treze paragraphos.

O artigo, e seus paragraphos, foram approvedos como estavam redigidos no projecto, ficando assim prejudicada a eliminação do digno par o sr. visconde de Fontes Arcada.

Leu-se o artigo 9.º.

O sr. Visconde de Fontes Arcada:—eu peço a palavra. (O sr. Presidente:—tem v. ex.ª a palavra.) O sr. ministro da fazenda disse ainda ha pouco que se as matrizes estavam augmentadas, que havia um recurso. Muito bem: mas todos sabem o modo por que ellas se fazem, e por esta lei, o recurso é nullo.

Posta á votação a proposta do digno par foi rejeitada, e foi approvedo o artigo e seus §§ como estavam redigidos na proposta.

Approvou-se o artigo 10.º.

O sr. Presidente:—vae ler-se o artigo 11.º (Lei-se.)

O sr. Presidente:—o sr. visconde de Balsemão já estava inscripto para fallar sobre este artigo, que está em discussão, e portanto tem o digno par a palavra.

O sr. Visconde de Balsemão:—parece-lhe necessario fazer uma modificação n'este artigo, o que suppõe não haja inconveniente. N'esta lei são comprehendidos os bens de vinculo, que passam tambem com um encargo. Este encargo é avaliado dez vezes o seu valor, mas acontece muitas vezes que o possuidor do vinculo não tem mais bens livres, e então passa o vinculo para o immediato successor com os encargos a que os vinculos estão obrigados, como é alimentos, arrhas, etc. Ora, não tendo elle, muitas vezes, capitais alguns, não só para satisfazer os encargos do vinculo, mas tambem outras despesas, como ha de pagar d'este rendimento o imposto de que se trata?

Portanto, se a lei obrigar o successor de um vinculo, que muitas vezes não tem mais outros bens de fortuna, a pagar de uma só vez o direito de transmissão, será obrigado a fazer sacrificios que o arruinem; porque não ha um banco a que possa recorrer, e então ha de ir á usura, porque a lei actual prohibe que se possa alienar a propriedade vinculada.

Ora, parece-lhe que tudo se conciliava, sendo obrigado o pagar em prestações. (O sr. Presidente do conselho de ministros:—é o que lá está.)

O Orador declarou que então o seu argumento caducava. Era unicamente a sua reflexão fundada n'esta persuasão

O sr. Presidente:—vae ler-se o artigo 17.º do projecto.

O sr. Secretario:—leu-o.

O sr. Presidente:—como ninguém pede a palavra vou po-lo a votação.

Foi aprovado, e assim a mesma redacção do projecto.

O sr. Visconde de Athouguia:—peço a v. ex.ª que quando der a ordem do dia para a primeira sessão, dê também o parecer n.º 23, que diz respeito à ilha da Madeira, sobre os direitos que devem pagar na alfândega os tecidos mistos em que entre a seda.

O sr. Presidente:—sim, senhor: determinando que a próxima sessão tivesse lugar no dia immediato (20), e levantou a presente sessão. —*Eram seis horas e um quarto.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 19 de junho de 1860.

Os sr. visconde de Laborim, cardeal patriarcal; marquezes de Ficalho, de Loulé, de Niza; arcebispo de Evora; condes de Alva, de Arrochella, de Azinhaga, do Bonfim, de Linhares, da Lousã, de Mello, da Ponte de Santa Maria, do Sobral; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athouguia, de Balsemão, de Benagazil, da Borralha, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz; barão da Arruda; Mello e Saldanha, D. Carlos de Mascarenhas, F. Pereira de Magalhães, Margioci, Aguiar, Larcher, Eugenio de Almeida, Fonseca Magalhães, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

EXTRACTO DA SESSÃO DE 20 DE JUNHO  
PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM,  
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello e Brito do Rio)

(Presentes os srs. presidente do conselho de ministros, e ministro da guerra.)

As duas horas e meia da tarde, reunido numero legal declarou o sr. presidente aberta a sessão. Lida a acta da precedente foi approvada. Não houve correspondencia.

#### ORDEN DO DIA

PARER N.º 19

Foi presente a comissão de fazenda o projecto de lei n.º 20, da camara dos srs. deputados, autorisando o governo a conceder a camara municipal do concelho de Moura o uso do edificio do extinto convento de S. Francisco, extra-muros da villa de Moura; e a comissão considerando o pequeno valor do edificio de que se trata pelo estado de ruina em que está e pela proximidade do terreno que fora concedido para cemiterio da villa; e attendendo a representação do presidente da referida camara, reclamando a concessão d'este edificio para lhe dar uma applicação util aos habitantes do concelho, e de parecer que seja approvado o dito projecto de lei a fim de ser submettido á sanção real.

Sala da comissão de fazenda, 8 de junho de 1860.—Visconde de Castro=Visconde de Castellões=Felix Pereira de Magalhães=Francisco Simões Margioci=Thomás de Aquino de Carvalho.

#### PROJECTO DE LEI N.º 20

Artigo 1.º E o governo autorisado a conceder a camara municipal do concelho de Moura o uso do edificio do extinto convento de S. Francisco, extra-muros da mencionada villa.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Palacio das cortes, em 9 de maio de 1860.—Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente=Joaquim Gonçalves Mamede, deputado, secretario=Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado, secretario.

Approvado sem discussão e a mesma redacção. O sr. Ministro da guerra (visconde da Luz):—leu o seguinte requerimento, de que pediu a urgencia:

«O governo pede que a camara dos dignos pares o autorise a empregar o digno par conde do Bonfim, em uma comissão fóra da capital.—16 de junho de 1860.—Visconde da Luz.»

O sr. Presidente:—este requerimento é um d'aquelles que pela sua natureza é urgente, e por consequencia deve ser immediatamente votado (apoiados).

Foi approvado.

(Entraram os srs. ministros da justiça e marinha.)

Seguiu-se o parecer n.º 21, que é do teor seguinte:

#### PARER N.º 21

A comissão de fazenda examinou com a devida attenção o projecto de lei n.º 30, da camara dos srs. deputados, a que dera lugar a proposta de lei apresentada pelo governo em 18 de abril ultimo á mesma camara, a fim de ser autorisado a vender os diamantes em bruto, pertencentes á coroa d'estes reinos, que existem no banco de Portugal com o peso de tres mil seiscientos e noventa quilates, e a applicar o seu producto, bem como o saldo de réis 33:461:097, dos diamantes vendidos em virtude da carta de lei de 23 de maio de 1859, á compra de titulos de divida publica interna, para terem o destino determinado pela mesma carta de lei; e a comissão, considerando que o dito projecto completa o pensamento de dar uma applicação util a taes valores, e de parecer que seja approvado o projecto de lei de que se trata.

Sala da comissão de fazenda, 8 de junho de 1860.—Visconde de Castro=Visconde de Castellões=Felix Pereira de Magalhães=Francisco Simões Margioci=Thomás de Aquino de Carvalho.

#### PROJECTO DE LEI N.º 30

Artigo 1.º É permitida a venda dos diamantes em bruto, pertencentes á coroa d'estes reinos, que existem no banco de Portugal com o peso de tres mil seiscientos e noventa quilates, os quaes diamantes fizeram parte das pedras preciosas destinadas para a compra de 1.000:000\$000 réis de inscripções, em virtude da carta de lei de 23 de maio de 1859.

Art. 2.º A importância do producto da venda dos diamantes de que trata o artigo antecedente, assim como o saldo de 33:461:097 réis em dinheiro que existe no banco, proveniente das transacções autorisadas pela carta de lei de 23 de maio de 1859, será empregada na compra de titulos de divida fundada interna, sendo applicaveis a esta operação e aos titulos que forem comprados as disposições da mesma lei.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Palacio das cortes, em 30 de maio de 1860.—Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente=Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado secretario=João Cardoso Ferraz de Miranda, deputado vice-secretario.

Approvado sem discussão, e a mesma redacção. Em seguida entrou em discussão o seguinte parecer, e projecto.

#### PARER N.º 23

Foi remetido á comissão de fazenda o projecto de lei vindo da camara dos srs. deputados, que tem por fim ampliar a alfândega do Funchal, na ilha da Madeira, as disposições do decreto com força de lei de 4 de novembro de 1852 que regulou os direitos que devem pagar nas alfândegas os tecidos mistos em que entre a seda.

A comissão examinando com a devida attenção este objecto, e vendo que segundo a legislação da

alfândega do Funchal, estabelecida pela lei de 29 de maio de 1843, todos os tecidos que se apresentarem á despacho, compostos de diversas materias visivelmente distinctas, estão sujeitos a pagar o direito que corresponder á materia primeira do maior valor, não pôde deixar de reconhecer que esta disposição, estabelecendo direitos quasi prohibitivos a todos os tecidos mistos em que entrar a seda em qualquer quantidade, não pôde sustentar-se sem animar com ella o contrabando ou excluir d'aquelle mercado muitos artefactos em prejuizo da receita publica e transtorno do commercio.

A providencia portanto que se propõe neste projecto de lei, ampliando a referida alfândega as disposições do decreto de 4 de novembro de 1852, remedia estes inconvenientes, estabelecendo direitos segundo a quantidade de seda que entrar nos tecidos mistos, e por isso a comissão é de parecer que o sobredito projecto seja approvado por esta camara para subir á real sanção.

Casa da comissão, 11 de junho de 1860.—Visconde de Castro=Visconde de Castellões=Thomás de Aquino de Carvalho=Conde de Arrochella.

#### PROJECTO DE LEI N.º 31

Artigo 1.º São applicaveis á alfândega do Funchal, na ilha da Madeira, as disposições do decreto de 4 de novembro de 1852, a respeito dos direitos que devem pagar os tecidos mistos de seda e de outras materias primas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Palacio das cortes, em 30 de maio de 1860.—Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente=Luiz Albano de Andrade Moraes, deputado secretario=João Cardoso Ferraz de Miranda, deputado vice-secretario.

Foi approvado sem discussão, e a mesma redacção.

O sr. Visconde de Castro:—mandou para a mesa um parecer das comissões reunidas de fazenda e ultramar.

O sr. Ministro da guerra (Visconde da Luz):—pediu que visto a urgencia do projecto que se acabava de ler, se propozesse á camara dispensar a sua impressão (apoiados) a fim de se discutir desde logo, pois que tinha só um artigo, e esse era simplicissimo.

O sr. Presidente:—muito bem, eu consulto a camara.

Approvouse o requerimento, e assim entrou em discussão o seguinte:

#### PARER N.º 26

As comissões de fazenda e do ultramar foi remetido o projecto de lei n.º 34, vindo da camara dos srs. deputados, que tem por objecto autorisar o governo a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100:000\$000 réis, além da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno. E as comissões reunidas são de parecer que se deve approvado o referido projecto de lei, attendendo a urgencia das circunstancias que estão tendo lugar n'aquella provincia. Sala das comissões, em 20 de junho de 1860.—Visconde de Castro=Visconde de Castellões=Thomás de Aquino de Carvalho=Visconde de Athouguia=Felix Pereira de Magalhães=Tem voto do sr. Conde de Arrochella=D. Antonio José de Mello e Saldanha.

#### PROJECTO DE LEI N.º 34

Artigo 1.º Além da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100:000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Palacio das cortes, em 19 de junho de 1860.—Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente=José de Mello Gouveia, deputado secretario=João Cardoso Ferraz de Miranda, deputado vice-secretario.

O sr. Visconde de Balsemão:—rogou ao sr. ministro da marinha lhe dissesse se acha sufficientemente a quantia que marca o projecto para acudir ás urgencias das nossas colonias no estado em que ellas estão. Na verdade, confessa que sendo elle, orador, parco em votar emprego dos dinheiros publicos, entende contudo que neste caso deve ser mais amplo de que s. ex.ª propõe.

Parece-lhe que á vista das informações que ha sobre o estado em que se acha a provincia de Angola o que se pede é insufficiente para acudir ás suas necessidades. Assenta que estamos em risco de perder grande parte d'aquellas possessões, e por consequente que valeria a pena fazer um sacrificio para as conservar.

Está persuadido que ha grande interesse em que parte d'aquella provincia não pertença a Portugal, e que se põem em pratica todos os meios para perdemos sobre tudo o Ambriz. É pois um acto de patriotismo applicar todos os meios possiveis para conservarmos aquellas colonias, levando-lhes os socorros de que carecem.

Apoia portanto a proposta, parecendo-lhe todavia, como disse, insufficiente a quantia que n'ella se pede.

O sr. Ministro da marinha (Sá Vargas):—satisfaz dizendo que o digno par que acabava de fallar perguntára ao governo a sua opinião sobre se julgava sufficientes os socorros que esta lei marca para occorrer ás necessidades das provincias ultramarinas. S. ex.ª equivocou-se, pois que a quantia que esta lei pede é só para as despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola, e não tem nada com as outras provincias.

O governo julga que para mandar para aquella possessão os socorros que já começaram a partir e tenciona continuar a expedir é sufficiente esta somma, conjuntamente com a que foi votada pela lei de 11 de maio. Mas se pelo correr do anno o governo reconhecer que lhe não basta tal quantia, tendo-se de reunir o corpo legislativo em novembro facil lhe será occorrer a qualquer falta.

Tal é a explicação que tem a dar em resposta á pergunta do digno par.

Não deixava contudo de dizer ao digno par que o governo está muito longe de entreter o receio de que venha a perder-se parte d'aquellas possessões. Nesta camara está annunciada, pelo digno par o sr. visconde de Sá, uma interpellação sobre este objecto, a fim do governo dar conta do que tem occorrido n'aquella provincia á data das ultimas noticias d'ali recebidas, e dos meios que tenciona empregar para acudir ás urgencias d'aquella provincia. Elle, orador, tem vindo á camara para responder a esta interpellação, mas s. ex.ª não tem comparecido. Parece-lhe, pois, que este negocio deve ficar para quando s. ex.ª vier. Está prompto a responder porque tem conhecimento de todos os casos que se tem dado, mas repete, que o governo está longe de ter os receios que incommodam, com toda a razão, o digno par acerca da continuação do nosso dominio n'aquella provincia.

O sr. Visconde de Balsemão:—dá-se por satisfeito com a explicação do sr. ministro da marinha, explicação que acha conveniente, porque não era só elle, orador, que tinha esta opinião, muita gente está persuadida do mesmo.

Posto o projecto á votação foi approvado por unanimidade, e a mesma redacção.

O sr. Visconde de Balsemão:—pediu á comissão de legislação, que apresentasse quanto antes o seu parecer sobre o projecto de que teve a iniciativa o digno par o sr. Felix Pereira de Magalhães,

relativo a uma lei que regularise o processo que esta camara deve seguir quando se tiver de constituir em tribunal.

Tem-se conhecido a falta de uma lei que regule isto. É uma cousa muito urgente, se não para agora, para o futuro.

Pede tambem ao sr. presidente que faça dar andamento ao seguinte requerimento de que se publicou todas as resoluções d'esta camara que dizem respeito ao regimento. É uma cousa muito facil e conveniente, pois essas resoluções vem muito bem confeccionadas na synopse dos trabalhos d'esta camara. D'ella se poderiam tirar todas as resoluções com relação ao regimento. Isto comportava uma pequena despesa, mas que lhe parece conveniente, para que todos os dignos pares possam estar ao facto do que se passa n'esta casa, e não se resolver materia que já tenha tido resolução.

O sr. Presidente:—o digno par pede á comissão de legislação que apresente, com a brevidade possivel, o parecer relativo ao projecto que foi apresentado n'esta casa pelo sr. F. Pereira de Magalhães; eu sou membro d'essa comissão, e por consequente posso asseverar ao digno par que hei de tomar todas as providencias para que este negocio se resolva o mais depressa possivel.

Em quanto á impressão das resoluções d'esta camara, tenho a dizer a v. ex.ª que a responsabilidade d'essa publicação fica a meu cargo.

Está sobre a mesa o parecer n.º 24, sobre o projecto de lei n.º 33, o qual foi hoje distribuido, e como o nosso regimento ordena que se não possa discutir sem se darem ao menos dois dias para se poder estudar, ficará para ordem do dia de sabado, em que terá lugar a proxima sessão. Está fechada a presente sessão.—*Eram tres horas e tres quartos.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 20 de junho de 1860

Os srs. visconde de Laborim; cardeal patriarcal; marquez de Ficalho; arcebispo de Evora; condes de Alva, de Azinhaga, da Lousã, de Mello, da Ponte de Santa Maria; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athouguia, de Balsemão, de Benagazil, da Borralha, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz; barões de Porto de Moz, da Vargem da Ordem; Mello e Saldanha, D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Moraes Pessanha, Aguiar, Larcher, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 22 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 76 srs. deputados. O sr. Presidente:—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Braamcamp, de que por motivo justificado não pôde comparecer ás sessões de 20 e 21 do corrente.—Inteirada.

2.º Do sr. Reis Castro Portugal, de que o sr. J. J. de Azevedo acha-se de nojo por lhe ter fallecido uma pessoa de familia, e por isso deixa de comparecer a esta e a mais algumas sessões.—Inteirada.

3.º Do sr. Pinto da França, de que a necessidade de tratar da sua saúde impossibilitou-o de comparecer nas ultimas quatro sessões.—Inteirada.

4.º Do sr. Monteiro Castello Branco, de que faltou ás sessões de 16, 18, 19, 20 e 21 por motivo justificado.—Inteirada.

#### CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. ministro do reino, declarando-se habilitado para responder á interpellação annunciada pelo sr. Arrobas, a respeito das recompensas por serviços prestados durante a epidemia da febre amarella.—Inteirada.

2.º Do ministerio do reino, acompanhando os documentos pedidos pelo sr. Pinto de Albuquerque, relativos ao imposto sobre o azeite que se cobra nos concelhos de Coimbra e Barquinha.—Para a secretaria.

3.º Dos moradores e juntas de parochia do municipio de Moura, pedindo providencias que regulem de modo conveniente a posse do baldio denominado —Terras da Contenda.—A comissão de administração publica.

4.º Da camara municipal de Moura, pedindo que se modifiquem as leis do recrutamento, de modo que o contingente annual de recrutados de cada concelho seja repartido proporcionalmente por freguezias.—A comissão do recrutamento.

5.º Dos juizes de direito civis e criminaes da comarca de Lisboa, fazendo varias considerações sobre a proposta do governo, relativa ao conselho presidente da relação de Goa; e pedindo que, se lhe for dispensado o tempo legal que lhe falta para acabar o seu serviço no ultramar, fique contuido bem explicito que o exercicio dos juizes no ultramar só se tenha como effectivo o que ali for praticado, e não em qualquer outra parte.—Fica sobre a mesa para ser tomada em consideração quando se discutir o projecto de lei n.º 64; e manda-se publicar no *Diário de Lisboa*.

O sr. Calça e Pinça:—envia para a mesa duas representações, uma dos habitantes do extinto concelho de Souzel, e outra dos habitantes do extinto concelho de Veiros, bem como uma declaração de parte da camara municipal do concelho de Fronteira, e mais outros documentos.

Não pôde porém limitar-se a mandar estes documentos para a mesa, sem que faça algumas observações.

Tem sempre repugnancia de ser ocioso, e julga ociosidade dar mais provas e repetir allegações para mostrar a justiça da restituição d'aquelles concelhos.

Houve uma circumstancia que o obrigou a trazer estes novos documentos, e esta circumstancia nasce do facto de terem dois illustres collegas seus apresentado aqui uma representação da camara municipal e alguns habitantes da villa de Fronteira, e uma outra da junta de parochia da mesma villa, contra o seu projecto de 16 de abril d'este anno para a restituição d'aquelles concelhos.

N'aquellas representações allega-se materia menos verdadeira, e para provar a falsidade d'essas representações, é que vem estas outras. As representações são movidas principalmente pelos interesses mesquinhos de alguns poucos empregados do concelho actual de Fronteira, como são, por exemplo, o recebedor do concelho, o administrador, procuradores, n'uma palavra pessoas que tem interesse em conservar aquelle concelho muito grande para tirarem mais proventos dos seus encargos, o que pôde provar, quando seja preciso; pois que jámais allega sem que esteja habilitado a provar.

Que não pretenda injuriar aquellas pessoas, cujos esforços pela conservação do actual concelho até certo ponto desculpa, pelos interesses proprios que os mesmos auferem. Todavia, que no seu projecto teve em vista interesses geraes, e não os de particulares.

Estranha ver que aquellas representações foram promovidas contra o seu projecto por cavalheiros, que consultados por elle, orador, e por mais algum, convieram nas restituições, do que tudo tem provas em seu poder, ou ao seu alcance.

Que a representação da junta de parochia é até injuriosa, e n'ella figura principalmente o reveren-

do prior, presidente da junta, que, pela santidade do seu sacerdocio, não devesse assim inventar factos tão falsos como ataques dos habitantes de Souzel, em quanto refere que o povo do Carmo e Casa Branca, só por medo dos futuros governantes do concelho de Souzel o não acompanhavam n'aquelles sentimentos.

O desmentido, porém, ali está nas representações, assignadas pela quasi totalidade dos moradores dos mesmos povos, e seus documentos.

Que elle, orador, se abstenha de dizer alguma cousa mais sobre esta materia, porque se reserva para a discussão do projecto.

E por esta occasião estranha que a illustre comissão não tenha apresentado o seu parecer, tendo aliás apresentado outros identicos e de menos importancia, e talvez em casos de menos justiça. Mas que tambem faz justiça á illustre comissão, porque sabe por um de seus membros, o sr. Rojo, que tal parecer não tem vindo á camara porque o sr. ministro do reino, convidado, se não prestou ainda a comparecer.

Que sente que este sr. ministro não esteja presente, mas como o está o seu collega da justiça recomenda-lhe e pede mesmo que, por parte do ministerio, se dê solução a este negocio, que é muito importante para os povos que estão vexados pelas medidas imprudentes e menos justas da lei de 24 de outubro de 1855.

Nem a razão de haver objectos de alto alcance em discussão, elle, orador, julga bastante para que se votem ao desprezo taes reclamações dos povos.

Que a justiça da restituição do concelho de Souzel é tão evidente, que todos os governadores civis e juntas geraes do respectivo districto, que tem havido desde a sua extinção, a tem proposto e reclamado como de primeira necessidade, e elle, orador, o fez ver pelos documentos que em tempo enviou para a mesa.

Finalmente, que como s. ex.ª o sr. Carvalho se reserva para a discussão, para esta se reserva elle, orador, tambem; e julga de tanta justiça o seu projecto, que nem a reconhecida vantagem oratoria de s. ex.ª poderá destrui-la.

Que elle, orador, fará ver então como se urdiu esta trama, e como as representações que ora impugna, só respiram mesquinhez e fins interesseiros; e que então fará ver tambem que os concelhos restituídos tem pessoal competente, meios bastantes, e sobeja vontade de se reconstituirem.

Manda, pois, para a mesa, além das representações e declaração dos vereadores, quatro documentos tendentes a provar a boa harmonia em que tem vivido e vivem os povos do Carmo e Casa Branca com os de Souzel.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa um parecer da comissão de fazenda.

#### ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO DO CODIGO DO CREDITO PREDIAL

O sr. Presidente:—continua com a palavra o sr. ministro da justiça, que lhe ficou reservada da sessão de hontem.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—que continuando com a palavra que lhe havia sido reservada de hontem, faria ainda algumas reflexões sustentando o projecto em discussão, e respondendo ao illustre deputado que o precedera. Que o systema fundamental do credito predial era a especialidade e a publicidade, e que fora esse o systema do projecto que se discute. Tudo quanto offendesse qualquer d'aquelles dois principios, em seu entender, prejudicaria o credito predial.

Os capitães não affluam sem seguranças. Estas ou são pessoas ou reaes, e aquellas subintendem estas. Nas transacções sobre a propriedade immovel a verdadeira garantia é a mesma propriedade, por isso é mister completa segurança do direito, e facilidade de o tornar effectivo.

Em todas as prescripções do projecto se tinha attendido aquellos dois principios. Mas o illustre deputado que o precedera impugnára o projecto, pretendendo substitui-lo em parte pelo systema das hypothecas geraes sem registro.

A dois pontos se referiram os argumentos. Contra o systema da hypotheca especial dos tutores e curadores, e contra a fórma da expropriação hypothecaria.

No primeiro ponto toda a impugnação tomou por base a pouca confiança no conselho de familia; mas ao passo que impugnando o projecto n'aquelle ponto, se fundava n'aquelle argumento; na substituição ou lembrança que apresentára á camara, dava o maior arbitrio possivel ao conselho de familia!

A lei do paiz, e a de todos os paizes, toma por base a confiança no tribunal do conselho de familia, que reveste de garantias, fazendo-o presidir pelo juiz, e sendo n'elle representada a acção publica pelo curador geral dos orphãos. Na ordem social é mister que se confie em algum, e n'esta materia a confiança legal é dada áquelle tribunal; assim a elle são conferidas amplas attribuições; arbitra as despesas; autorisa a venda e a hypotheca dos bens dos menores; approva as contas fiscaes; nomeia e destitue o tutor, etc. E baseado n'este systema de confiança no tribunal, que o projecto assigna a prescripção do § 14.º do artigo 24.º, quando as circumstancias especiaes mostrarem a necessidade d'aquella deliberação. E não é isso sem que o curador nato tenha os recursos necessarios para se oppor á decisão do conselho, quando pareça menos conveniente.

No projecto dá-se toda a garantia da effectividade da hypotheca, primeiro porque sem o registro não se admite ao tutor a administração, segundo porque se impõe a esta pena, quando quizer por um meio indirecto recusar-se á tutela.

Mas o illustre deputado impugnou este systema; primeiro pela deficiencia da lei civil, sendo por isso mister esperar pelo codigo civil; segundo porque estabelecendo o projecto recursos, e devendo ser pago o registro, pouco ficaria aos menores; terceiro porque o conselho de familia, se attendia ao menor tambem seria parcial do tutor, e escusa-lo-ia frequentemente vezes da hypotheca.

O argumento de falta do nosso direito civil não procedia, porque todos sabiam que tinhamos leis, tinhamos jurisprudencia, e não podia dizer-se que as nossas leis eram omissas, bastava lançar os olhos para a reforma judicial. Pagar o registro! O registro, pela tabella são dois ou tres tostões! Mas o que não podia admitir-se era que na camara se viesse argumentar fundando-se em determinações que não existem nas leis, antes as contrarias. Quem ha que conheça o nosso direito e possa dizer que os recursos interpostos *ex officio* pelo curador têm de ser pagos pelos menores? Pois os recursos officiosos não são o exercicio de uma função publica para a defesa do menor? Pois esses recursos têm de ser pagos pelo menor? É o recurso da decisão de um tribunal interposto pelo representante do ministerio publico. Mas quem ha de entre tanto administrar os bens dos menores? Quem os administra hoje quando se dá algum facto analogo, a camara sabe que não é materia omissa no nosso direito.

Mas o conselho de familia pôde ser parcial do tutor, e dispensa-lo da hypotheca; e o illustre deputado que assim argumenta substitue o systema da hypotheca pelo da fiança.

Quem ha de apreciar a fiança? Quem ha de ver se ella é sufficiente, se não é illusoria? É de certo o conselho de familia; e não será elle agora parcial

do tutor para lhe admitir uma fiança, que não dê as garantias necessarias? (apoiados).

Pelo § 14.º do artigo 24.º o conselho de familia pôde dispensar a hypotheca, de certo baseando-se no credito e nas circumstancias do tutor; é uma apreciação do credito da pessoa; e em que baseia a fiança senão tambem no credito da pessoa? Mas o illustre deputado vae mais longe, por que admite o principio da fiança como regra, quando no projecto apenas se admite a dispensa da hypotheca, como rara excepção; n'um é a confiança pessoal como regra permanente, n'outro apenas se admite como excepção, nos raros em que circumstancias especiaes o exigirem.

Mas o systema da fiança pôde dar em resultado não poder achar-se tutor. Quem ha de obriga-lo a dar fiança? A tutela é um onus, e um onus pesado; o tutor que se quizer escusar diz que não encontra fiador, e como obriga-lo a encontra-lo? Como obriga-lo mesmo a procura-lo? (apoiados).

Mas o illustre deputado apresenta uma outra solução. É a hypotheca geral do tutor, sem registro. É retrogradar para a epocha da ordenação, e da lei de 1774; o proprio decreto de 26 de outubro de 1836 admitiu o registro quando requerido por qualquer dos interessados, e o illustre deputado apenas o aceita, creio, que quando o tutor o requerer!

Neste ponto não lhe parece precisa a linguagem do illustre deputado, e faz esta reflexão, porque hontem teve occasião de dizer que provavelmente haviam encontrar-se outros equívocos no discurso de s. ex.ª

Diz a proposta do illustre deputado: «Se esta substituição não for approvada, proponho ainda, como substituição daquellas hypothecas, a hypotheca geral sem registro, podendo o curador, quando lhe convier, pedir a redução a hypotheca especial, a qual será registrada. Mas no primeiro caso registrar-se-ha o onus da curatella.»

Não sabe bem se o illustre deputado confunde ali o curador com o tutor, o que são cousas diferentes (apoiados). E o curador que pôde requerer a especificação da hypotheca, ou é só o proprio interessado, o tutor? Parece pelo discurso do illustre deputado que é só este. Ha aqui uma falta de precisão de phrase juridica, que barulha o sentido; assim chama onus da curatella ao onus tutellar.

Ora, como da proposta de s. ex.ª e do seu discurso não se conhece bem se tomou curador por tutor, ou tutor por curador, não sabe como harmonisar a sua argumentação.

O illustre deputado confunde o que não está confundido na lei. Nesta, a tutela refere-se especialmente á pessoa dos menores, e simultaneamente aos bens, em quanto que a curadoria diz respeito só a estes; é uma distincção fundamental que se faz em todas as legislações; e quando quizermos ser entendidos é necessario que usemos da linguagem tecnica, e que empregue as palavras em todo o rigor da sua significação (apoiados).

Sabe a camara o

potheca; d'essa epocha em diante até dez annos ha venda a retró, ou a remir. O que elle, orador, não pôde conciliar é como o illustre deputado entende este systema. Lê no seu discurso no *Diário de hoje*:

«E será verdade que pelo systema por elle, orador, proposto fica vinculado o capital á propriedade por dez annos? Não é porque lá fica salvo o direito de remir; e quando elle não quizer remir, obriga-o a isso. Pela sua substituição fica a prescrição reduzida a dez annos, ali não é materia privativa de systema hypothecario; é materia da prescrição para acabar com o direito de remissão.»

O primeiro período destre o segundo, e o segundo destre o primeiro. Pelo primeiro período o credor pôde embolsar o seu capital antes do decorrerem os dez annos, e pôde coagir o devedor a pagar-lhe-o. O credor chama a contas o devedor, e vae remir; e quando elle não quizer remir, obriga-o a isso. Logo pôde coagir-o antes do prazo dos dez annos. Mas pelo segundo período vê-se claramente que não, porque diz que aquelle prazo de dez annos é para a prescrição do direito de remir.

É facil apresentar uma proposição, e dizer a uma commissão: reduzi-a vós a artigos de lei; mas é mais difficil fazê-lo. Desejaria que o illustre deputado formulasse em artigos aquellas suas duas idéas, e então reconheceria de certo que uma era a negação da outra.

O illustre deputado dissera que o seu systema era semelhante ao do mesmo que o systema inglez, o suizo, e mesmo praticado nas nossas provincias.

Podia asseverar á camara que aquelle systema nem era o da nossa venda a remir; nem o systema inglez, nem o suizo, nem o de nação alguma. Não havia legislação onde podesse admitir-se uma tão palpavel contradicção de idéas.

Pelo systema da nossa ordenação do livro 4.º, titulo 4.º, na venda a retró, ou a remir, o comprador faz seus os fructos, como compensação do juro do capital. No systema do illustre deputado é mister estabelecer uma liquidação dos fructos percebidos, e das despesas feitas.

Tão pouco acha apoio no systema inglez; ali tomou-se por base o primitivo direito romano, e a hypotheca importa venda; podendo o credor metter-se logo de posse; mas ha a *equidade de remir*, pela qual se concede essa faculdade ao devedor logo que espira o prazo do contrato, e não passados dez annos.

De passagem diria, que a legislação civil ingleza não é aquella que melhor se pôde dar para modelo; a legislação politica sim.

A camara sabe que a legislação civil ingleza é a expressão dos usos e costumes d'aquella nação desde longa data, e não se transponta facilmente para outro povo de costumes diferentes.

A constituição da propriedade ingleza é diferente da nossa; os seus fideicomissos, e a sua propriedade em grande, não encontram uma exacta correspondencia em Portugal. Onde havia entre nós quem tivessem em bens de raiz um rendimento superior a 100.000 libras? Pois em Inglaterra eram frequentes aquellas e maiores fortunas.

Que todos sabiam que a legislação hypothecaria ingleza estava muito longe de ser perfeita; mas que era inutil mesmo o que acabava de dizer, porque o systema que propunha o illustre deputado não era o inglez. Tão pouco era o suizo; percorrendo a sua ultima reforma feita pela lei de 30 de agosto de 1835 nada ali se encontrava que se parecesse com o que o illustre deputado propunha.

Já tinha alargado mais do que desejava as suas reflexões, e por isso concluiu dizendo, que eram aquellas as razões por que não podia concordar com as reflexões que contra o projecto foram feitas.

Vozes:—muito bem, muito bem.  
O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—manda para a mesa os esclarecimentos obtidos pelo governo sobre a questão do contrato Langlois.

A camara estará certa de que o governo pediu o adiamento d'este assumpto até que colhesse esclarecimentos sobre alguns factos que foram na camara annunciados, e apresentados de uma maneira mais animada em um jornal da capital.

O governo tem de colher todas as informações, porque desejava que se approvasse aquelle contrato, por isso que entendia, como entende ainda hoje, que as condições n'elle consignadas eram altamente vantajosas para o paiz, mas se se verificasse, que, independentemente da vontade do governo, se tinha dado o que se dizia, o governo viria dar conta á camara do que lhe constasse para ella resolver como entendesse.

O governo tratou pois de obter todos os esclarecimentos que pôde.

As diligencias que fez em Lisboa foram infructiferas; um jornal da capital tinha asseverado alguns factos, tinha asseverado a existencia de um contrato, tinha asseverado que depois o empresario tinha vendido este contrato a outro; que tinha havido conlito; que uma casa de Paris que estava ligada com o empresario, sabendo d'esta burla, tinha avisado o ministro das obras publicas.

Este jornal foi convidado a apresentar as provas da sua asserção; porém infelizmente o redactor ou proprietario do jornal não se prestou a isso, e mesmo em alguns dos numeros seguintes elle mesmo desmentiu alguns factos que tinha avançado, porque tendo dito primeiramente que a casa de Paris tinha avisado o ministro das obras publicas, depois negou que tal dissesse, mas sim, que a casa de Paris tinha avisado para o ministerio das obras publicas.

O governo mandou a Paris pedir informações, e não se contentou com as primeiras noticias que lhe vieram pelo telegrapho, exigiu mais informações e aqui está uma serie de documentos que esclarecem este negocio. Por elles vêr a camara o empenho que o governo poz em esclarecer devidamente esta materia.

O governo entendeu não dever demorar a apresentação d'estes papeis, e posto que todos sabem ter apparecido nos jornaes da capital uma declaração do procurador do consignatario, dizendo que logo que esta materia viesse á discussão, apresentaria documentos com que mostrasse que não tinha havido conlito; o governo entendeu dever apresentar já estes documentos, e o consignatario ou seu procurador, está livre para os apresentar quando quizer.

Manda estes documentos para a mesa, e pede que sejam remetidos ás commissões, para ellas apresentarem sobre elles o seu parecer, assim como que sejam impressos para toda a camara ter d'elles conhecimento.

O sr. *Avila* (sobre a ordem):—a camara sabe o estado em que estava este negocio, quando o governo pediu o adiamento da discussão, a fim de poder colher informações sobre factos que se apresentaram durante o debate.

O governo vem hoje apresentar essas informações, mas não se limita a isso, e pede um novo adiamento do projecto. Se se fizesse limitado a mandar as informações para a mesa, o que elle parecia regular era ficarem essas informações sobre a mesa, ou imprimirem-se, em ordem a poder amanhã continuar o debate; como porém o governo pede que esses documentos vão ás commissões que se occuparam d'este assumpto, antes de emitir a sua opinião a este respeito, elle, orador, porque não quer sair da ordem, pede ao sr. presidente que proponha á camara se apoia este novo adiamento, para depois pedir a palavra a dizer sobre elle a sua opinião.

O sr. *Presidente*:—depois da declaração do sr. ministro, parece-lhe que a discussão só pôde versar

sobre o destino que devem ter os documentos apresentados. O sr. ministro pediu que fossem remetidos ás commissões que deram o seu parecer sobre o contrato que foi adiado, e parece-lhe que é só sobre isto que pôde haver discussão.

O sr. *Avila*:—acha que é do interesse de todos, governo, maioria e minoria, que este negocio se não demore mais tempo. A camara sabe perfeitamente que quando combateu o contrato, não combateu a feitura das estradas, e só o modo por que o governo queria ser autorisado a manda-las fazer; por consequencia a demora que tem havido na solução d'este negocio, demora altamente justificada, parece-lhe que deve agora terminar o mais depressa possível (*apoiados*).

Se o governo insiste em que os papeis vão á commissão, não se oppõe, mas não lhe parece necessaria.

Foi elle, orador, que provocou o facto que o governo praticou, porque, com quanto seja verdade o que disse o sr. ministro que os factos apresentados na camara tinham tido um grau de precisão e certeza na imprensa, que não tinham tido na camara, e também verdade que foi elle, orador, quem a camara declarou a existencia d'esses factos, que levaram o governo a adiar a discussão do contrato.

Quando combateu o contrato não tratou a questão do conlito, ou não conlito, porque lhe bastava que tivesse havido um contrato em Paris, em virtude do qual se dava ao homem que veio tratar d'elle a Portugal 3 por cento, e mais 4 por cento a outro pelos esforços que tinha empregado para que o negocio vingasse; isto é, 7 por cento de lucro que já se repartia, alem do interesse que a empreza devia tirar para si, bastava-lhe isto para o convencer de que o contrato era altamente caro para o paiz.

A sua questão pois não é de conlito, a sua questão é, se em Paris se fez na casa Hummelle, com as condições que referiu, o contrato que foi publicado nos jornaes; e sendo assim, não ha duvida de que este contrato não pôde ser aprovado pela camara. Entende por tanto que não ha necessidade d'este negocio ir ás commissões. Mas ha de mais a mais uma contradicção no que disse o sr. ministro das obras publicas, e sente que o sr. ministro fizesse essa declaração.

Entende que uma vez trazido o negocio á camara, o governo deve deixar-lhe a liberdade de o decidir como ella entender, a fim de se não verificarem os inconvenientes do artigo 27.º do contrato. Mas o governo fez o contrario; disse que se tivesse verificado os factos de que se tinha feito menção no debate, havia de ser o primeiro a pedir á camara que não approvasse o contrato. Parece-lhe ter ouvido isto a s. ex.ª, e sendo assim, a camara tem direito de perguntar primeiramente que tudo ao sr. ministro, qual a opinião que formou da leitura dos papeis que mandou para a mesa; que impressão lhe causaram; mas esse não é o seu desejo.

Não deseja que a questão saia do seu campo. Discutia-se este projecto na generalidade, quer dizer, o pensamento da feitura de certas estradas, segundo um certo contrato; a sua intenção era aprovar o projecto na sua generalidade, e quando se passasse á especialidade, rejeitar o artigo 1.º e sustentar a sua substituição.

Trazia, pois, a questão a este campo, não achava outro meio a seguir senão este. O governo não apresentou a sua opinião a respeito dos documentos; e elle, orador, era o primeiro que lhe não podia; e que esses documentos fossem publicados no *Diário de amanhã* para depois de impressos continuar a discussão, porque não queria nunca que se podesse argumentar que o governo, tendo feito um certo contrato, tinha sido elle mesmo que o tinha retirado, ou pedido á camara que o rejeitasse.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—não discute agora a vantagem ou não do contrato; essa discussão foi adiaada, e ha de continuar quando a camara o resolver. É certo porém que conserva as suas opiniões antigas acerca das disposições do mesmo contrato, e de conformidade com a sua opinião estão os homens competentes na materia.

O desejo do governo é que esta questão seja resolvida quando toda a camara tiver conhecimento d'ella, e depois de ter bem examinado todos os documentos.

Tendo apresentado este negocio primeiramente á camara com certo numero de documentos, e tendo duas commissões sido ouvidas e dado o seu parecer, parece-lhe que apresentando agora novos documentos, devem as mesmas commissões examiná-los, e dar sobre elles novo parecer. Entende ser esta a marcha regular que seguem todos os negocios que vêm á camara (*apoiados*).

Para satisfazer aos desejos do illustre deputado e de toda a camara, e por ser esse também o desejo do governo, pedirá que todos esses documentos fossem impressos, e pede também agora que se sejam outros que mandou para a camara por pedido do sr. *Avila*, e que sejam também remetidos ás commissões.

Julga que o exame e parecer de uma commissão nunca é de mais quando se quer resolver um negocio grave e importante com perfeito conhecimento de causa (*apoiados*).

No que o governo está comprometido para com a camara, é em não deixar fechar a sessão legislativa sem que o paiz tenha a certeza de que será dado com os melhoramentos importantes que vêm consignados no projecto; agora que o negocio seja discutido hoje ou amanhã não é isso objecto que mereça maior discussão.

Insiste portanto no seu requerimento para que o negocio vá ás commissões respectivas, e julga que a camara estará de accordo n'isto (*apoiados*).

O illustre deputado, provavelmente por não ter entendido bem, attribuiu-lhe uma expressão que não disse, ao contrario disse a negativa do que o illustre deputado affirmou. O que tinha dito era, que se o governo achasse n'este contrato uma irregularidade, crime, ou coisa que invalidasse o concurso, não seria o governo que viesse pedir á camara que approvasse este contrato. O negocio é hoje do dominio da camara, ella o decidirá como entender.

O sr. *D. Rodrigo da Menezes*:—pede á mesa que declare qual a commissão competente aonde devem ir estes documentos.

O sr. *Presidente*:—o requerimento do sr. ministro das obras publicas é para que estes documentos vão remetidos ás commissões que deram o seu parecer sobre o contrato, a fim de os tomarem em consideração.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—manda para a mesa um documento, cuja impressão no *Diário de Lisboa* reclama. É um requerimento do procurador do concessionario das estradas á camara dos srs. deputados.

Não liga uma grande importancia á questão de conlito. Está convencido de que o conlito é um facto que ha de dar-se sempre que houver concurso, e sabe a camara o que acontece quando não ha apparente? Ha-o latente, e o resultado é o mesmo. Ha pouco lhe veio á mão um documento em que se prova bem claramente um conlito a proposito do concurso do caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas. Manda esse documento para a mesa como peça curiosa pela sua ingenuidade. E todavia apesar de semelhante conlito fez-se a adjudicação, e ninguém deu importancia ao conlito.

Uma vez porém que agora se dá, entende que sendo esta questão exclusivamente da attribuição da sciencia do direito, porque o conhecer de um

conlito é ponto intrinsecissimo, têm-llo-o dito todos os homens de lei, só pôde ser esclarecida pelos que têm conhecimentos adequados, pela commissão de legislação.

Repete que não dá importancia a esta questão, e que não constancia em si a camara, e por isso propõe o seu exame por quem está habilitado para o fazer cabalmente.

A seu ver no contrato só havia duas questões serias.

A do modo de contar os prazos, pelas consequencias que, pôde algum figurar, resultaram do modo de contar do governo.

A do contrato em si, debaixo das suas condições technicas e economicas.

A sua opinião a esse respeito acha-se consignada no relatório. Conta o prazo como o contou o sr. ministro, porque se encosta a opiniões que reputa mais autorizadas. O seu principal argumento a favor da exclusão de alguns concorrentes foi outro.

Sente que o governo não seguisse o modo de defez d'elle, orador; talvez seja erro seu, mas reputa o verdadeiro modo de encara a questão.

Quanto á parte technica e economica não quer sair da ordem, e por isso não a discute.

Manda pois para a mesa a seguinte proposta: «Propoño que todos os documentos até hoje recebidos pelo governo, como quaesquer outros que possam ser recebidos, sejam impressos no *Diário de Lisboa*, e remetidos á commissão de legislação para dar o seu parecer sobre a existencia ou não existencia de conlito.» *Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque*.

A proposta é admittida á discussão.

O sr. *Avila*:—pede que os documentos se imprimam também separadamente.

O sr. *Carlos Bento*:—não comprehende bem como se possa incumbir a certas e determinadas commissões que dêem uma opinião sobre documentos, a respeito dos quaes o governo tem a delicadeza de entender que não se devia pronunciar. Como é que ás commissões de fazenda e de obras publicas se pôde impor a obrigação de preencher um dever a que o governo se subtrahiu? Ha mais alguma cousa. O governo attribuiu-se a faculdade de apreciar a moralidade dos individuos que entravam no concurso, e tomou a si a responsabilidade de excluir aquelles que entendesse; entretanto quer agora que duas determinadas commissões dêem o seu parecer sobre se houve um crime n'este negocio, apresenta documentos a esse respeito e não se pronuncia sobre elles. Mas se não se pronuncia hoje, já se pronunciam em outra occasião quando disse, que se o governo estivesse persuadido de que tinha havido um crime rasgava o contrato; não sabe se a posição em que o governo se achava de contratorado o autorizava a dizer isto.

Entende que a marcha natural d'este negocio era discutir-se; com tudo, uma vez que o sr. ministro exige que os documentos vão a uma commissão, não se oppõe, mas também pede que esses documentos se publiquem no *Diário de Lisboa* e não separadamente, porque não é só a camara que resolve este negocio, é também a opinião publica.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—o destino que ha de ter os papeis, as commissões que ha de ser consultadas, é negocio completamente da camara. O que parece regular é que o negocio vá ás commissões que deram parecer sobre elle; entretanto, se a camara entender que deve ir a outras commissões é negocio completamente seu.

O sr. deputado notou que o governo, tendo-se arrogado o direito de excluir os concorrentes unicamente pelo seu caracter moral, não dá agora a sua opinião sobre este concessionario. Mas o caso é muito differente; o negocio já não está affecto ao governo, mas sim á camara. O governo em quanto o negocio lhe estava affecto, attribuiu-se o direito, como se praticava em outros paizes, de rejeitar os concorrentes que não dessem garantias pelo seu caracter moral, mas agora já não pôde rejeitar ninguém, porque o negocio está committido á camara.

Fallou-se em conlito, mas não foi o governo que disse que havia conlito ou crime, nem mesmo a camara pôde commetter á commissão que diga se houve ou não conlito, quando não sabe o que consta dos documentos. Apenas se trata de examinar esses documentos, e que sejam examinados por uma ou outra commissão é isso indifferente ao governo.

Foi o governo também accusado de ter dito que rasgaria o contrato, se achasse que tinha havido um crime. Se o sr. deputado ler a legislação sobre conlitos, verá que o governo tem autoridade de destruir os contratos em que tiver havido conlito, e por consequencia não foi tão fora de proposito dizer o governo, que rasgaria o contrato, se tivesse havido crime; mas no caso actual não se trata d'isso, o governo não fallou em crime, nem em conlito, apenas apresentou alguns documentos que as commissões examinarão, e depois ha de apresentar o seu parecer.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—não devem esquecer as razões que moveram a camara a adiar a discussão do contrato, para agora proceder n'essa conformidade. Foi o facto do conlito, denunciado por um jornal, e trazido á camara, que fez com que se suspendesse a discussão do contrato; os documentos devem tratar d'este facto, por consequencia é o seu exame que a camara deve commetter a uma commissão, e pouco importa a opinião do governo para este caso. Ha, pois, uma questão de direito que é preciso que seja decidida pelos homens competentes, e elle, orador, como membro da commissão de fazenda, não se julga competente para a decidir.

Portanto, manda para a mesa a seguinte proposta: «Propoño que os papeis apresentados pelo sr. ministro das obras publicas, na sessão de hoje, sejam enviados á illustre commissão de legislação, para sobre elles dar o seu parecer.» *Thomás de Carvalho*.

É admittida á discussão.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro) (sobre a ordem):—manda para a mesa uma proposta, autorisando o governo a proceder á cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, até ao fim de julho do corrente anno, se antes não for votada a lei da receita e despesa para o futuro anno economico; e pede que seja com urgencia remetida á commissão de fazenda.

Admittida, é remetida á commissão de fazenda.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—pede licença para retirar a sua proposta, por se conformar com a do sr. *Thomás de Carvalho*.

É-lhe concedida a licença que pede.

O sr. *Alves Martins*:—não sabe, a dizer a verdade, como se ha de sair da difficuldade em que se está, porque o negocio de que se trata principiou mal e ha de acabar mal.

O sr. ministro das obras publicas acaba de mandar para a mesa um masso de documentos, que a camara ignora o que sejam, e pede que vão a uma commissão; mas não se conhecendo a natureza d'elles está claro que não se pôde determinar a qual das commissões devem ir.

O mais natural é que, n'este estado de cousas, uma vez que se referem ao contrato Langlois, sejam submettidos ao exame das mesmas commissões que foram ouvidas sobre este contrato, como o sr. ministro indica (*apoiados*). E com quanto haja quem se opponha a isto sob pretexto de que ha aqui uma questão de direito, qual é o conlito, a verdade é que essas commissões de fazenda e de obras publicas

deram o seu parecer sobre o contrato, e julgaram-se para isso habilitadas, não obstante haver também ali uma grave questão de direito, como a contagem do prazo para o concurso (*apoiados*).

Ninguém sabe se ha conlito, ou não; mas a haver-lo, como é um crime, segundo o codigo penal, nenhuma commissão da camara pôde decidir a este respeito; quem o pôde fazer são os tribunaes lá fora, que é onde se conhece dos factos criminosos e onde se applica a lei (*apoiados*). A camara dos deputados não é tribunal de justiça.

Mas esta questão principiou mal da parte do sr. ministro das obras publicas, porque houvesse, ou não, conlito, fosse ou não verdade tudo quanto se arguiu ao contrato, tanto na camara como na imprensa, nunca o sr. ministro deveria ter pedido á camara o adiamento nos termos em que o pediu na sessão de 26 de maio, por quanto disse que mandaria pedir informações á casa de Hummelle sobre o facto que se denunciou, esperando dentro de oito dias estar sciende do que se passara, e a ser verdade nenhum deputado queria a approvação do contrato, nem o governo a podia querer de modo algum.

Dentro de um mez, que já é decorrido, ou perto, o governo sabe de certo o que aconteceu, e o sr. ministro, por conveniencias pessoais, que não por conveniencias do serviço publico recebeu chegar a este resultado, sem se seguirem estes embarços de se ha de ser a camara ou a commissão que decida se houve conlito ou não.

Verificado que fosse o conlito o proprio sr. ministro, tendo examinado o contrato, não o devia trazer á camara.

O que ha a fazer é distribuirem-se os documentos. Se forem a esta ou aquella commissão ha de no fim apparecer as mesmas difficuldades, porque não sabe que parecer haja de sair d'aqui, se o fizerem independente da vantagem ou desvantagem do contrato; e a quererem estender-se a um parecer sobre a criminalidade ou não criminalidade, é nullo tudo o que a camara fizer, pois como já disse, não é tribunal de justiça.

O sr. *José Esteves*:—é difficil haver-se um ministro n'uma camara onde uma parcialidade d'ella, que deve primar sempre pela homogeneidade das suas vistas e pela harmonia do seu pensamento, tem sobre o assumpto tantos votos quantos são os seus membros.

Uns indicam que o dever do governo é ficar silencioso a este respeito, por competir á camara resolver o negocio, e outros que o governo tem primeiro que ninguem a obrigação de dizer a sua opinião, porque tem conhecimento dos factos.

O que elle, orador, faria, sendo ministro, era não tomar o conselho de ninguém, e seguir os ditames da sua consciencia.

Mas d'onde vieram os obstaculos que se encontram? Da camara e só da camara, porque os ministros nunca disseram que havia conlito e que o contrato estava prejudicado por circunstancias estranhas ao mesmo contrato, e não fizeram mais do que informar o assumpto, trazendo as informações á camara qua as tinha pedido.

E sobre o contrato diz de passagem que acha magnifica e excellente a parte technica e financeira d'elle (*apoiados*), e que nunca em Portugal se fizeram estradas tão baratas (*apoiados*), e desafia a que lhe neguem esta proposição.

A questão não é se se commetter ou não um crime, a questão é se este negocio pertence á camara ou ao poder judicial.

A camara dos deputados quando teve logar a discussão do contrato Langlois, disse que havia um conlito n'este contrato, e desde que se dá uma razão de moralidade, interessa a todos averiguar-la; e é absurdo reputar que a camara dos deputados não pôde ter uma opinião sua, sem que forçosamente o governo tenha também essa mesma opinião.

É uma theoria nova e uma triste e baixa especulação supor que forçosamente ha de haver em todos os debates e em todas as questões um poder do estado que represente uma certa opinião; é multiplicar os combates, é querer estar sempre em sustos e sobresaltos, é querer estar sempre á espera do grande dia, é supor que se está marchando no carro triumphal: isto é bom, mas deve ser sem prejuizo das doutrinas e da dignidade do parlamento.

Ha muitas questões em que é dever do governo não ter opinião como governo, embora a tenha como particular.

Portanto, entende que á camara compete avaliar os documentos que lhe foram presentes, e decidir como melhor entender.

O sr. *Mello Soares*:—está-se dando uma grande importancia a uma questão de ordem, e com quanto não seja materia nem assumpto verdadeiramente importante, a camara deve-se occupar d'elle, para que este negocio seja resolvido com prudencia e regularidade.

O governo em sessão de 26 de maio declarou que era conveniente que se espacasse a discussão do contrato Langlois, em attenção a que corria na imprensa que este contrato estava cívado de dolo, má fé e conlito, até se verificar o que havia a semelhante respeito. A camara espacou a discussão, e o governo cumpriu a promessa trazendo hoje os documentos que pôde alcançar sobre este assumpto, e á camara compete avaliá-los e ser juiz.

O governo cumpriu o que prometteu, e os deputados têm direito de avaliar os documentos e de decidir que vão a muitas commissões ou a poucas, e parece-lhe deslocado que se esteja discutindo se houve ou não conlito.

A questão é saber se este negocio ha de ir a uma, duas, ou tres commissões, e quaes ha de ser; mas parece-lhe mais regular e mais conveniente imprimirem-se os documentos apresentados, distribuirem-se pelos srs. deputados, e depois da camara tomar conhecimento d'elles, deliberar-se então o que se ha de fazer; se deve continuar a discussão do contrato Langlois, ou se deve haver parecer de alguma commissão sobre os mesmos documentos.

E n'este sentido manda para a mesa uma proposta para que se mandem imprimir os documentos em separado, e se distribuem pelos srs. deputados, para opportunamente se resolver a respeito d'elles.

O sr. *Palma*:—requer que esta questão de ordem se julgue sufficientemente discutida.

O sr. *Sampaio*:—manda para a mesa o parecer da commissão de fazenda, sobre a proposta do governo ha pouco apresentada, para o governo poder cobrar os impostos e applicar os ás despesas publicas até ao fim de julho proximo, se entretanto não estiver approvedo o orçamento.

O requerimento do sr. *Palma* é approvedo.

O sr. *Presidente*:—diz que a primeira proposta a votar era a do sr. ministro das obras publicas para que os documentos fossem remetidos ás mesmas commissões que examinaram o contrato Langlois; a segunda é a do sr. *Thomás de Carvalho* para que fossem remetidos á commissão de legislação, e a terceira a do sr. *Mello Soares* para a impressão dos mesmos documentos.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes* (sobre o modo de votar):—requer que se vote primeiro a proposta do sr. *Mello Soares*.

O sr. *Pinto Coelho*:—pede que no caso de se votar primeiro a proposta para os documentos irem ás mesmas commissões que examinaram o contrato, fique salvo o consultar a camara se quer que seja ouvida também a commissão de legislação.

Posta a votos a proposta do sr. *Mello Soares* é approveda a 1.ª e 2.ª parte, approveda a proposta

do sr. ministro das obras publicas, e rejeitada a idéa de ser ouvida a commissão de legislação.

O sr. *Barros e Sá*:—requer que o projecto sobre a cobrança dos tributos seja impresso no *Diário de Lisboa*, e que entre em discussão na primeira parte da ordem do dia de amanhã.

Consultada a camara resolve affirmativamente.

O sr. *Presidente*:—declara que continua a discussão do projecto do codigo de credito predial.

O sr. *Lopes Branco* (sobre a ordem):—remette para a mesa uma proposta, reservando-se para a sustentar, assim como as outras que anteriormente tinha apresentado, quando lhe chegar a palavra sobre a materia.

A proposta é a seguinte: RECTIFICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO, E ADDITAMENTOS A ALGUMAS DAS MINHAS PROPOSTAS

«Na emenda ao artigo 4.º

Depois da palavra—mostrando-se—acrescentar—os privilegios sobre bens immoveis e as hypothecas devidamente registradas, na conformidade d'esta lei.

No titulo 4.º capitulo 1.º artigo n.º 1.º, depois das palavras—os privilegios creditorios—acrescentar—sobre bens immoveis.

O artigo —O registro deve ser feito—substituir-se pela forma seguinte:

Art. O registro deve ser feito na administração do concelho, aonde forem situados os bens sobre os quaes está constituído o encargo, que faz o objecto d'elle, ou que constam do titulo translativo d'esses bens para outro possuidor.

Art. Nos concellos, aonde se julgar que é necessario, haverá um escripto privativo para os registros decretados n'esta lei, e nos outros, aonde também se julgar assim necessario, haverá um amanuense.

Art. O registro será feito debaixo da autoridade do administrador, que fica sendo immediatamente responsavel, por qualquer omissão das solemnidades, e condições prescritas por esta lei.

Art. Ficam estabelecidos, como despezas legais do registro, os emolumentos constantes da tabella junta a esta lei, dos quaes pertencerá uma quarta parte ao administrador, e o resto ao escripto do registro, o qual pagará, dos que lhe pertencerem, ao amanuense, aonde o houver.

De cada registro o certidão do registro, alem da raza d'aquelle que for feito por transmissão, incluindo a certidão:

Em Lisboa e Porto.....	800
Nos outros concellos.....	200
Registro e certidão de registro de letra hypothecaria, sem raza.....	300
Averbamento á margem do registro e certidão, sem raza.....	200
Buscas por cada anno, não se contando o corrente.....	50

*Lopes Branco*.

É admittida á discussão.

O sr. *Moraes Carvalho*:—tem de se continuar na discussão do codigo denominado do «credito predial» materia difficil de tratar, materia muito intricada, e que tem dado bastante que fazer áquelles que d'ella se tem occupado.

Pela primeira vez que teve a honra de pedir a palavra para mandar para a mesa algumas emendas e additamentos, disse logo que trabalhos de outra ordem e também de grande interesse publico, lhe tinham vedado fazer um exame serio e profundo sobre materia de tanta transcendencia.

Não pede a attenção da camara, porque sabe que essa só se captiva quando ha dotes oratorios, os quaes lhe faltam.

Mas não podia deixar de pedir benevolencia para os erros que avançasse, aos individuos que tiveram a generosidade de o ouvirem.

Não seria elle, orador, que dissesse que esta materia se não pôde discutir sem que primeiramente appareça o codigo civil: se esse codigo apparecesse e fosse approvedo, o projecto em discussão tornava-se inteiramente escusado.

Mas na incerteza de que o codigo civil será approvedo dentro em pouco tempo, e persuadido-se que pôde propheticar que ha de passar mezes, e talvez annos, sem que nós tenhamos a fortuna de possuir um codigo civil, diz na incerteza de que o codigo civil seja approvedo dentro em pouco tempo, julga que se faz um grande bem ao paiz se se apressar a approvação de uma lei respeitante ao credito predial, uma das primeiras necessidades da nossa sociedade (*apoiados*).

O projecto fôr approvedo na sua generalidade, hoje discute-se a especialidade de verdade, mas é uma especialidade que abrange todos os artigos, quer dizer uma especialidade generalizada (*apoiados*).

Tará algumas succintas considerações a respeito do projecto, mas succintas em relação á vastidão e gravidade da materia que occupa a camara.

Não discute o titulo, com quanto se não conforme com a opinião do sr. ministro da justiça, quando diz que pouco lhe importa o titulo ou denominação do objecto, pois de certo que, se ao projecto lhe dessem o titulo de *codigo florestal*, s. ex.ª não acceitaria esta denominação, porque não correspondia ao objecto de que tratava.

O titulo figura para mostrar o objecto que encerra, e eré que o titulo adoptado no projecto assenta bem no objecto de que trata, bem que pense que a realidade não corresponde, como seria para desejar, ao titulo pomposo que se adoptou, pois que em relação á materia de credito ficou-se muito áquem da meta desejada.

A quarta circunstancia era como já disse fazer cessar os inconvenientes que resultam dos privilegios bancarios (apoiados). E não sabe como houvesse estadistas que concedessem privilegios da natureza d'aquelles que estão concedidos ao banco (apoiados). Em quanto logar cumpria ainda adoptar outro meio, e era a presteza nos processos para o recebimento das dividas hypothecarias. A este respeito o projecto está longe de conseguir esse fim, ao contrario augmenta os embaraços, como terá occasião de mostrar.

Era necessario, em sexto logar, a certeza do reembolso para o credor.

O capitalista emprestará sempre o seu dinheiro por um preço ou juro modico logo que tenha a certeza que receberá o seu dinheiro dentro do apraso do tempo; mas não acontecerá assim logo que seja contrariado a receber bem em logar de dinheiro.

Como complemento de tudo isto, julga indispensavel a animação dos bancos ruraes (apoiados).

Faria algumas reflexões sobre estes diversos pontos. Os antigos desconhecendo os verdadeiros principios reguladores da moralidade e imputação das acções humanas, estabeleceram morgados no crime, decretando, para alguns delictos, a transmissão da infancia.

Os antigos estabeleceram morgados na virtude, decretando a hereditidade da nobreza.

Os antigos estabeleceram morgados nos bens para conservar e perpetuar a nobreza hereditaria.

Os modernos, não sabe, se mais se menos avisados, estabeleceram morgados na sciencia, decretando a hereditaria do pario.

A primeira d'aquellas instituições desapareceu fulminada pelos principios da philosophia e da razão, e hoje a infancia do crime restringe-se ao criminoso, e para ninguém se transmite. Todas as outras instituições subsistem.

Respeita a nobreza hereditaria, mesmo porque se acha garantida na carta constitucional; respeita o principio da hereditaria de pario porque se acha preceitudo na mesma carta; e pensa que estas instituições podem fundamentar boas razões politicas para a permanencia dos morgados sobre os bens; mas não cre que isso seja obstaculo para se obter a liberdade da terra.

Respeite-se muito embara a instituição dos vinculos sobre os bens, mas separe-se d'essa instituição os bens immoveis, e, alem d'isso, não se deixem adormecer nos braços das corporações de mão morta bens que ali se accumulam contra as leis da amor-tização (apoiados), e muitas vezes com dispensa d'ellas; feito isto ter-se-ha dado um grande passo para estabelecer o credito predial (apoiados).

Como desse a hora e tem ainda algumas considerações a apresentar, pede, e lhe foi permitido, ficar com a palavra reservada para a seguinte sessão.

O sr. Presidente.—dá para ordem do dia de amanhã, na primeira parte o projecto de lei relativo á cobrança dos impostos, e na segunda a continuação da discussão do projecto do código de credito predial, e levanta a sessão. —*eram quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 22 de junho, estiveram presentes á chamada feita aos tres quartos depois do meio dia

Afonso Botelho, Moraes Carvalho, Balduino, Bramcamp, Alves Martins, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Avila, Henriques Secco, Couto Monteiro, Pequeto, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Pinto Carneiro, Vaz da Fonseca, Vicente Peixoto, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, barão das Lagoas, Bartholomeu dos Martyres, Castro Ferrer, C. J. Nunes, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Mousinho de Albuquerque, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Rodrigues Batalha, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Palma, Mello Soares, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria de Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Christiniano da Fonseca, José Maria de Abreu, Lacerda (D. José), José Maria da Costa e Silva, Rojo, Silveira Menezes, Mello Gouveia, P. Antonio Nogueira, Julio do Carvalho, Abaim, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Teixeira de Sampaio, Afonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Pedro Roberto, Placido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigues de Menezes, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão de Almeida, Thiago Horta, Thomás de Carvalho, Ferrer, visconde de Pindella, e visconde de Portocarrero.

Parcer da comissão de fazenda acerca da proposta de lei do governo, para ser autorizada a cobrar os impostos e mais rendimentos publicos no anno economico de 1860 a 1861, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, correspondentes ao mesmo anno, durante esta autorização até ao fim de julho do corrente anno, se antes não for votado o orçamento

Senhores.—Foi presente á comissão de fazenda a proposta do governo para ser autorizada a cobrar os impostos e mais rendimentos publicos, relativos ao anno economico de 1860 a 1861, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, correspondentes ao mesmo anno, segundo o disposto nas cartas de lei de 15 de julho de 1857, e mais disposições legislativas em vigor, durante esta autorização até ao fim de julho do corrente anno, se não for antes votado o orçamento; e a comissão

Considerando que o curto prazo de tempo que decorre até a findar o actual anno economico justifica a necessidade d'esta providencia;

Considerando que a limitação da mesma autorização até ao fim de julho garante a prerogativa parlamentar de votar a receita e a despesa do estado; e de parecer que a proposta do governo deve ser convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorizado a proceder á cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos, relativos ao anno economico de 1860 a 1861, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, correspondentes ao mesmo anno, segundo o disposto nas cartas de lei de 15 de julho de 1857, e mais disposições legislativas em vigor.

§ unico. Esta autorização durará até fim de julho do corrente anno, se antes não forem votadas pelas cortes as leis de receita e despesa para o referido anno economico.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da comissão, 22 de junho de 1860.—Antonio José d'Avila—Carlos Cyrillo Machado—Rodrigo Nogueira Soares—Joaquim Gonçalves Mamede—Justino Antonio de Freitas—Thomás de Carvalho—A. X. Palmeirim—Antonio Rodrigues Sampaio.

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorizado a proceder á cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos, relativos ao anno economico de 1860 a 1861, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, correspondentes ao mesmo anno, segundo o disposto nas cartas de lei de 15 de julho de 1857, e mais disposições legislativas em vigor.

§ unico. Esta autorização durará até ao fim de julho do corrente anno, se antes não forem votadas pelas cortes as leis de receita e despesa para o referido anno economico.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Ministerio da fazenda, 22 de junho de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

**Aveiro**—Quando as municipalidades compostas de cidadãos probos e zelosos querem devoras aos seus municipios, recebem estes singulares melhoramentos d'estes importantes corpos administrativos. É o que ao presente se dá em mais de um concelho do paiz, como provam os factos que aqui temos mencionado. Para acrescentar a estes transcendentes hoje a synopse que publica o *Campeão das Provincias* das obras municipaes que a vereação de Aveiro fez no primeiro semestre da sua gerencia, e de outras que projecta igualmente fazer. Eis a synopse a que nos referimos:

«Preparou e poz em todas as condições de bem servir ao fim a que era destinada uma casa para as bombas—casa que fica por baixo do edificio municipal.

«Fez a remoção da pedra e areia que existia no largo Municipal, aterrando-o, nivelando-o, e arborizando-o.

«Terraplenou e arborizou o adro da Senhora da Apresentação.

«Arborizou o largo do Terreiro, o adro de S. Gonalinho, e completou a arborização do Cojo.

«Mandou dispor uma grande quantidade de arvores proprias nas alamedas da Estrada Nova e Santo Antonio.

«Fez um viveiro de arvores.

«Preparou o cemiterio, espontando o buxo, limpando os arbustos, etc.

«Mandou tapar todas as portas e janellas do theatro, recolhendo ali toda a pedra que estava no largo Municipal.

«Fez cerca de 600 metros de calçada em Esgueira, completando assim a obra ali começada pela anterior vereação.

«Comprou trinta e dois lampêes completos para augmento da iluminação da cidade.

«Comprou dez columnas de ferro iguaes ás do gaz de Braga, para a collocação de lampêes e aformoseamento do caes e largo Municipal.

«Fez uma pequena estrada de Torção para o Matadouro.

«Mandou fazer o concerto do coval de Esgueira, o do canno de aguas da cidade, o das fontes e tanques do Rocio, caes da alfandega, Sant'ago, etc.

«Fez o concerto do relójo da cidade, mandando vir pesos de ferro para elle.

«Calçou o adro da Vera-Cruz, e fez concertos em diversas ruas.

«Mandou aterrar o grande lago de Villarinho, construindo sobre elle uma estrada viavel de muitos metros.

«E com tudo isto não chegou a gastar-se 600,000 réis.

«Depois d'estas, a camara empreendeu a abertura da Malhada e da estrada respectiva—a maior de quantas se podem fazer—a mais importante. Esta deve estar prompta no fim de julho, e com ella quer a camara encerrar o catalogo dos seus melhoramentos neste primeiro semestre.

«Depois tem diante de si: a edificação do theatro; as estradas de Ilhavo, Oliveirinha e Eixo; as Malhadas de S. Pedro, de Esgueira, do Senhor das Barrocas e do Oiro; o mercado regular de peixe na praça da Pescaria; o mercado de fructas; a edificação de um passeio publico na alameda de Santo Antonio; a abertura da grande rua que ha de conduzir d'ali ao caes da alfandega; a frontaria do cemiterio; a fonte de Sá; a construção de uma feira regular de cavalgaduras na Oliveirinha; o calcetamento a macadam da entrada da cidade e rua de S. Martinho; a estrada da Feira Nova para Villar; o levantamento da capella de S. João, e demolição dos palheiros que ali existem, edificando aquella em outro ponto no mesmo local; o levantamento do plano de edificação no Rocio e Campo de Santos Martyres.

«Alem d'isto a camara projecta fazer a sementeira de uma porção de pinhal em S. Jacinto, e o plantio de algumas porções de oliveas em sitios apropriados.

«Porto—Tratando das obras da nova alfandega d'esta cidade, diz o *Comercio do Porto* o seguinte:

«O engenheiro das obras da nova alfandega mandou para diferentes concelhos convidar operarios com o fim de dar este verão todo o desenvolvimento possível ás obras, de modo que as cheias do inverno, quando as haja, as não possam prejudicar.

«No mesmo jornal lê-se tambem a seguinte noticia de um sinistro fluvial:

«Hontem, das quatro para as cinco horas da tarde, o barco de Bernardo da Silva Grilo, do Entre os Rios, carregado de baga, pelles e taboado, estando a descarregar a baga para bordo do vapor Lisboa, a roda do vapor, fazendo uma rotação, quebrou a proa do barco e parte da borda.

«O barco mettu agua, e da carga perderam-se cincoenta e duas pelles, e molhou-se parte da baga.

«O barco estava seguro na companhia de seguros Douro.

**Algarve**—D'esta provincia dizem a uma folha periodica que as colheitas de pão de paragona promettem abundancia.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 19 do corrente, e de Paris até 17.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Paris, 17 de junho.—Tanto os jornaes d'esta capital como os que chegam da Inglaterra e da Alemanha são concordes em afirmar que o congresso de soberanos, celebrado em Baden, terá resultados felizes.

A primeira entrevista entre Napoleão e o principe regente da Prussia durou uma hora.

Consta dos despachos telegraphicos recebidos da Italia, que na corte de Napoles havia a maior desanimação, por não se poder contar com o auxilio da França; que em consequencia d'isto os revoltosos cobraram animo, e promovem certa agitação na capital.

Turim, 17.—Supõe-se que brevemente se reunirá o parlamento siciliano, segundo a forma prescripta pelas leis de 1848, a fim de ser proclamado o destronamento de Francisco II, e a união da Sicilia á Sardenha.

Londres, 17.—O *Morning Chronicle* considera a reunião de Baden como um acontecimento da maior importancia, e diz que a velha Europa morre para ceder o logar a outra nova.

Diz-se que Miramon e Zuloaga marchavam reunidos a fim de se baterem contra Uruga.

Os ultimos despachos telegraphicos de Napoles dão noticia de movimentos revolucionarios na Calabria, e dizem que o governo tencionava mandar para ali os generaes Numiant e Pianelli, munidos de plenos poderes.

Receia-se que em Napoles tenham logar brevemente diferentes manifestações politicas.

Celebram-se quasi sem interrupção conselhos de ministros.—Reina a maior anciedade.—No porto estão oito navios francezes e dois inglezes.

Paris, 19.—O *Moniteur* de hoje publica a seguinte nota relativa á viagem do imperador.

«Não duvidamos de que a viagem do imperador tenha bom resultado, porque se carecia de um passo tão espontaneo como significativo para pôr termo a boatos malevolos e falsas apreciações. Indo o imperador explicar francamente aos soberanos reunidos em Baden, até que ponto a sua politica caminhará sempre em harmonia com o direito e a justiça, por certo levará áquellas intelligencias tão distintas e livres de preocupações a convicção, que os sentimentos verdadeiros, quando se expressam com lealdade, nunca deixam de inspirar.

Por esta mesma razão, as relações reciprocas entre os soberanos reunidos em Baden foram mais do que corteses. Assim pois (conclue o *Moniteur*) todos os que desejarem o restabelecimento da confiança, e a continuação das boas relações internacionais, devem felicitar-se pelo facto de se ter reunido uma conferencia que seguramente consolida a paz da Europa.

### FRANÇA

Confirma-se oficialmente a noticia de ter chegado a Marselha um embaixador extraordinario do imperador de Marrocos. Dos preparativos que se haviam feito para a recepção d'esse alto funcionario depreheende-se que o governo francez fôra avisado da sua chegada, e que esta embaixada é a que, segundo em tempo se disse, o sultão de Marrocos tencionava enviar ás cortes de Paris e de Londres.

Eis em que termos vem concebido o despacho relativo ao desembarque da embaixada marroquina:

«No dia 17, ás cinco horas da tarde, chegou a Marselha a fragata a vapor *Foudre*, conduzindo Hadry-Idres-Ben-Idres, na qualidade de embaixador extraordinario junto do imperador dos francezes. Foi recebido pelas autoridades locais com as honras devidas á sua alta categoria. Houve salvas de artilheria, e as tropas formaram alas desde o caes até ao hotel do Oriente, onde foi hospedado-se o embaixador. O primeiro interprete do imperador Napoleão foi recebido em pessoa o embaixador. A comitiva d'este ultimo compõe-se de Abd-el-Kadir-el-Boukri, commandante da guarda do imperador, e de mais nove individuos.»

(El Dia.)

### ESTADOS PONTIFICIOS

O *Jornal de Roma* publica uma declaração do ministerio das obras publicas, da qual se depreheende que o governo admite a reunião das duas sociedades de caminhos de ferro, denominadas *pia latina* e *pia central*. Para o caminho de ferro de Roma á fronteira napolitana, o governo deu uma garantia de 300.000 francos por anno, depois de posta em exploração a via, e prorogou até ao dia 31 de dezembro de 1861 o prazo para que os trabalhos sejam concluidos. O governo garantiu á sociedade um *minimum* do producto para a epocha da inauguração dos caminhos de ferro, porém não as acções e as obrigações, como affirmam alguns jornaes francezes. Impoz-se á sociedade a condição de concluir até ao dia 8 de setembro do corrente anno 20 kilometros, sem contar os que estão já feitos. Se a sociedade não cumprir esta condição, perde o direito á concessão.

(El Pensamiento Espanol.)

### SICILIA

O incidente relativo á occupação do forte de Castellarmar continua a occupar um logar importante na imprensa estrangeira. Segundo uma nova versão, foi Garibaldi quem pediu a occupação do forte pelos inglezes. Os generaes napolitanos e o almirante Mundy consentiram n'essa combinação, porém o gabinete de Londres, sendo a tempo informado da commoção causada em Paris pela noticia do projecto de occupação, immediatamente mandou pelo telegrapho ordem ao seu representante militar para que não desse similhante passo. É esta a versão que geralmente passa por verdadeira.

(La Presse.)

—Uma correspondencia de Palermo, datada de 11 do corrente, diz que n'essa epocha ainda as tropas napolitanas não tinham evacuado completamente a cidade. Continuava o embarque do material de guerra, segundo os termos da convenção; e até ao dia 20 suppunha-se que Garibaldi não adoptaria resolução alguma relativa aos seus projectos futuros. No entanto o movimento revolucionario ia tomando maior desenvolvimento, e tinham sido enviados para diferentes provincias agentes activos, encarregados de constituirem as municipalidades que tomaram parte na revolução.

O ministro da guerra, o capitão Orsini, publicou uma circular para ser levado a effecto o alistamento geral, que foi decretado. Todos os homens, desde a idade de 17 até 30 annos, são obrigados a alistarem-se a fim de receberem, 10 dias depois de o estarem, ordem para seguirem para os seus diversos destinos.

(La Correspondencia de Espana.)

### INGLATERRA

Os jornaes inglezes publicam o relatório da comissão da defeza nacional. A quantia a que montam os trabalhos, a que se deve proceder, é de 11.850.000 libras esterlinas, cuja repartição se fará pelos quatro orçamentos da maneira seguinte: libras 3.675.000 para o primeiro anno; 4.381.000 libras para o segundo; 2.686.000 libras para o terceiro; e finalmente 1.108.000 libras para o quarto anno.

(La Presse.)

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	758,62	20,2	60,6	S.
3 t.	757,79	25,3	35,8	NNO.

DIA 21.

Maxima—temperatura.....	22° 8 C.
Minima.....	14,5
Ozone (de noite.....)	5,0
(de dia.....)	4,0
Chuva (udometro.....)	0,0 mil.
Evaporação (capnometro.....)	9,4
Altura barométrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

## NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Prata em moeda estrangeira, despachada por saida, no mez de maio de 1860

DESTINO	QUANTIAS	VALOR	DIREITOS
Marselha..... M.	216	1.864.000	21.600
Southampton.....	84	270.600	3.400
Total.....	250	2.134.600	25.000

Prata em moeda nacional

DESTINO	QUANTIAS	VALOR	DIREITOS
Southampton..... M.	4.249	35.015.400	424.900

Prata em barra

DESTINO	QUANTIAS	VALOR	DIREITOS
Southampton..... M.	728	5.236.400	72.800

### MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 22 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

King Eyothonesty, vapor inglez, capitão J. Thompson, de Liverpool em 12 dias, de Cork em 6, e de Vigo em 38 horas; em lastro ao mesmo capitão; 14 pessoas de tripulação, e da força de 35 cavallos. Destina-se para Calabar (costa de Africa), e vem aqui receber carvão.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de Tanger em 4 dias; de Gibraltar em 2, e de Cadiz em 36 horas, com fazendas a H. Juhel; 28 pessoas de tripulação, 1 mala e 46 passageiros.

S. João Baptista, hiate portuguez, mestre A. da Silva, de Sines em 2 dias, com arroz e carvão; 6 pessoas de tripulação.

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, de Setubal em 24 horas, com trigo; 4 pessoas de tripulação.

Mathilda, brigue sueco, capitão C. Hansen, de Stockholm, em 39 dias, com madeira e mais generos a Fernandes & Irmãos; 9 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Perola, hiate portuguez, mestre E. da Silva, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

S. Vicente, hiate portuguez, mestre J. G. Rodrigues, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Conceição Estrella, rasca, mestre S. de Barros, para a Vieira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordonneau, para Cadiz e Gibraltar, com varios generos; 25 pessoas de tripulação, e 44 passageiros.

Petro Beys, vapor inglez, capitão A. Davidson, para Gibraltar e mar Negro, com varios generos; 27 pessoas de tripulação.

White Mouse, escuna ingleza, capitão T. Westcott, para Londres, com batata; 6 pessoas de tripulação.

Emilia, barca portugueza, capitão C. C. da Silva, para o Rio de Janeiro, com sal, vinho e mais generos; 16 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é José Dias Ricca, caixeiro; portuguez.

Nascimento Feliz, hiate portuguez, mestre A. R. Campina, para Vianna, com pedra de cal e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

King Eyothonesty, vapor inglez, capitão J. Thompson, para Calabar, em lastro; 14 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 22 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICIA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 22 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 21

Entradas—Galera Linda de Beir, de New Castle em 26 dias; rasca Flor, de Villa do Conde em 3 horas, portuguez; patacho inglez Star of Hope, de New Castle.

Saídas—Hiates portuguezes, Beijinho, para Setubal, Dois Irmãos L., para Vianna, Estrella A. e Improvisio, ambos para a Pimenta.

Fôra da barra fica uma barca.

O mar está bom.

O vento esteve NE. NO. regulares, agora N. brando.

De Caminha, do dia 21

Saídas—Patacho Esperanças, para Malaga; rasca Favorita, para Cork; hiates, Estrella de Caminha e Cortez, para Lisboa.

Mar bom.—Vento NNO.

De Aveiro, do dia 21

Entrou o cachamarim, Caudella com Elle, de Villa do Conde em 1 dia, em lastro.

Mar de pequena vaga.—Vento N.

Da Figueira, do dia 21

Entrou o hiate portuguez Improvisio, do Porto, com varios generos.

Saídas—Hiate portuguez Dois Amigos 3., para Lisboa, com varios generos; cabique Santa Rita, para Olhão, com varios generos; escuna ingleza Firri Faruit, para a Terra Nova, com sal.

Mar bom.—Vento NNO. regular.

Da Ericaria, do dia 21

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento N.

Do Faro, do dia 21

Entradas—Falucho hespanhol Virgen das Angustias, de Ayamonte, vazio; vapor portuguez D. Luiz, de Lisboa e portos do Algarve, com encomendas, e 16 passageiros; cabique Senhora da Conceição e Almas, para o Porto, com pescaria.

Hontem não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento SO.

De Tavira, do dia 21

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento O. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 21

Não entrou embarcação alguma.